**12 - Governos e mercados em uma sociedade democrática**

**12.1 Introdução**

* Um governo é distinto de outros atores da sociedade, mas não porque os funcionários públicos são menos interessados ​​em si do que outras pessoas. É porque tem a capacidade de agir em nome de todas as pessoas e exigir que os cidadãos cumpram suas decisões, usando a força, se necessário.
* Os governos também usam fundos fiscais para fornecer bens e serviços (como tribunais ou escolas e, em alguns países, assistência médica), geralmente gratuitos.
* Por causa dos poderes únicos mantidos pelos governos, as elites políticas às vezes podem agir como monopolistas e usufruir de aluguéis substanciais com base nos impostos pagos pelos cidadãos.
* Idealmente, a democracia capacita os cidadãos estendendo os direitos de voto em eleições competitivas a todos e limita o que governos e outros órgãos poderosos podem fazer, garantindo os direitos individuais de expressão e associação.
* Mesmo nos casos em que as políticas públicas para combater a injustiça ou as falhas de mercado são economicamente viáveis, elas ainda não podem ser executadas porque grupos poderosos, incluindo as elites ricas ou governamentais, perseguem outros objetivos ou porque os governos não têm capacidade para implementá-las. .Os efeitos na justiça e eficiência das políticas relacionadas à educação infantil, ensino universitário e controle de aluguel podem ser analisados ​​usando os conceitos que você aprendeu até agora.

O curso de Ciências Sociais 125 da Universidade de Harvard estava com excesso de inscrições; mais alunos haviam se inscrito para ele do que poderia ser matriculado, dado o limite de 95 alunos colocado no tamanho da turma. Os estudantes que lotaram a sala de aula no primeiro dia do semestre ficaram surpresos quando o professor anunciou que a admissão no curso seria para as 95 ofertas mais altas (disposição a pagar). As quantias arrecadadas, explicou, ajudariam a pagar pelo custo dos materiais extras a serem distribuídos aos estudantes. Ele então pediu aos alunos que anotassem seus números de identificação e a quantia em dólares americanos que estavam dispostos a pagar pela admissão no curso.

Quem era esse professor? [Samuel Bowles](https://tinyco.re/7818700), um de nossos autores.

"Por que devo pagar para participar de uma aula?", perguntou um dos alunos educadamente. O professor respondeu que limitar o tamanho da turma era lamentável, mas necessário. Nas circunstâncias, ele disse, a melhor maneira de alocar os lugares escassos era identificar os estudantes mais dispostos a pagar por um lugar.

Que outros métodos ele poderia ter considerado?

* Selecionando aleatoriamente os alunos a serem admitidos por sorteio: isso significaria que alguns estudantes que realmente queriam participar da aula seriam excluídos, enquanto outros que pouco se interessassem seriam inscritos.
* Perguntando aos alunos o quanto eles estavam interessados: isso não funcionaria, explicou aos alunos, porque não haveria razão para dizer a verdade se isso significasse que você talvez não ganhasse um lugar. Cada aluno teria um incentivo para exagerar.

Como economista, o professor propôs alocar vagas na classe de maneira semelhante à maneira como o acesso à maioria dos bens e serviços é alocado na economia capitalista, ou seja, por meio de um mercado. Os alunos podem fazer lances por seus lugares. Imagine que você esteve lá, esperando se matricular na turma naquele dia. Você aceitaria a lógica dele? A maioria dos estudantes não. E quando ele tentou a mesma coisa em outra classe, alguns alunos gritaram com ele e saíram!

O professor realmente não estava indo a leilão de lugares em sua classe para os maiores lances; seu experimento foi simplesmente uma primeira lição de economia para os alunos. No entanto, todos os dias os administradores escolares, profissionais de saúde, gerentes de bancos de alimentos e muitos outros enfrentam o problema de alocar recursos escassos entre indivíduos com necessidades diferentes. Suas decisões são reais.

**Como alocar rins para transplante**

Aqui está um desses dilemas da vida real. Você deve decidir quem receberá um transplante de órgão, por exemplo, um rim:

* A compra e a venda de rins são ilegais na maioria dos lugares: existe um mercado ilegal, no qual as enormes diferenças entre o preço recebido pelos doadores de órgãos (muitos deles muito pobres) e o preço pago pelos receptores de órgãos (principalmente ricos) geram lucros. os criminosos que organizam as transações.
* Algumas pessoas generosas optam por doar um rim: isso é legal e são alocados de acordo com a determinação das necessidades médicas dos profissionais médicos; possíveis beneficiários estão sob os cuidados de médicos bem conectados.

Os rins podem ser alocados usando uma combinação de necessidade médica e generosidade. Sabemos que muitas pessoas que esperam por transplantes de rim morrem todos os dias, porque há muito poucos doadores para salvar todos que precisam de um transplante. Então, seria possível deixar as pessoas comprarem um rim? Nesse caso, podemos adicionar uma terceira opção:

* Crie um mercado legal para os rins: algumas pessoas preferem comprar e vender rins, se houver regulamentos estritos para garantir a segurança do doador e do receptor.

Mas deixar que os rins sejam alocados por mercados como qualquer outro bem vendido - como roupas ou carros - foi criticado pelo fato de que, sob esse acordo, apenas pessoas ricas receberiam transplantes. Você pode se opor a esse sistema, argumentando: 'A diferença entre as pessoas que recebem rins substitutos e as que não recebem não é que um grupo valorize a vida mais que o outro; é que apenas um grupo pode pagar. 'Nesse caso,' disposição para pagar 'é simplesmente' capacidade de pagar '.

Há ainda outra maneira de melhorar a maneira como os transplantes de rim podem ser organizados:

* Crie uma plataforma correspondente para os rins: isso usaria uma tecnologia digital como Airbnb ou Uber. A plataforma conectaria doadores e destinatários em potencial, mas com uma contrapartida. Suponha que seu irmão precise de um rim substituto e você esteja disposto a doar um dos seus. Mas é muito improvável que você possa doar seu rim ao seu irmão, porque a correspondência entre doadores e receptores é complicada (o tipo de sangue e tecido deve corresponder). Portanto, de acordo com esta proposta, você contribuiria com seu rim para o suprimento geral de rins disponíveis e, em troca, teria direito a um rim com o mesmo nível de seu irmão.

Uma rede exatamente desse tipo está fornecendo rins de reposição nos EUA, sob o NEPKE (New England Program for Kidney Exchange), sobre o qual você pode ouvir mais no nosso vídeo '[Economista em ação](https://youtu.be/r7vzgexzXOk)’, com Alvin Roth, ganhador do Nobel de Economia e ex- presidente da Associação Econômica Americana. O NEPKE é como um mercado, pois permite que trocas ocorram entre o total de estranhos que são compatíveis com o que precisam ou podem oferecer. Mas, diferentemente de um mercado, quem recebe o que não é baseado na vontade de pagar. A chave para obter um rim substituto não é ser rico o suficiente para pagar um, mas sim ter algum amigo ou membro da família (ou mesmo um estranho) que esteja disposto a contribuir com um rim para a piscina, para que a pessoa que precisa do substituto obtenha um rim combinando com seu tipo.

[Alvin Roth explica como funcionam os mercados correspondentes.](https://tinyco.re/8435358)

Às vezes, os mercados parecem estar em toda parte da economia, mas não é assim.

* Empresas não são mercados: lembre-se da imagem de Herbert Simon da Unidade 6 de um marciano que vê a economia. O marciano vê principalmente campos verdes, que são empresas. Eles são conectados por linhas vermelhas representando compra e venda nos mercados, mas muitas decisões de alocação de recursos são tomadas dentro das empresas.
* As famílias não são mercados: elas não alocam recursos entre os membros da família comprando e vendendo.
* Os governos não são mercados: eles usam o processo político em vez da concorrência no mercado para determinar onde e por quem as escolas são construídas e as estradas mantidas.

Por que alguns bens e serviços são alocados nos mercados, enquanto empresas, famílias e governos alocam outros? Esta é uma pergunta antiga e muito debatida. Mas o principal motivo é que alguns tipos de atividades são mais bem organizadas se forem reguladas pelas regras do jogo que caracterizam famílias, governos ou empresas, em vez de mercados. É difícil ver, por exemplo, como conceber e criar filhos pode ser efetivamente realizado por empresas ou mercados. Uma combinação de famílias e governos (escolaridade) faz o trabalho na maioria das sociedades.

As pessoas discordam sobre a extensão apropriada do mercado. Alguns pensam que coisas que agora estão em certa medida à venda - como sexo ou influência sobre decisões políticas - devem ser alocadas por outros meios. Outros pensam que os mercados devem assumir um papel maior na economia. Essas divergências são sobre questões de fato (por exemplo, escolas públicas ou escolas domésticas fazem um trabalho melhor?) E questões de valor (a venda de serviços sexuais ou órgãos corporais é imoral, mesmo que essas transações sejam bem regulamentadas?).

Nesta unidade, consideramos porque algumas atividades econômicas são organizadas principalmente por mercados e outras por outras formas, por empresas, famílias e governos. A família é a principal instituição que organiza como damos à luz aos filhos e os criamos nos primeiros anos de vida. Nas regras do jogo, características das famílias, os pais ensinam e estabelecem limites para as crianças, e essas regras diferem da maneira como os mercados determinam os resultados. Da mesma forma, como você aprendeu na Unidade 6, as empresas organizam o processo de produção por meio de uma estrutura de comando de cima para baixo, desde proprietários a gerentes em vários níveis, até trabalhadores da produção. Aqui, exploramos como os governos funcionam e como eles interagem com empresas, famílias, mercados e outras instituições.

Vimos nas unidades anteriores que os mercados frequentemente falham em implementar resultados eficientes e justos e mostramos como os governos podem lidar com falhas e injustiças do mercado. Nesta unidade, também explicaremos por que os governos geralmente falham em resolver os problemas das falhas e injustiças do mercado, e como essas falhas do governo podem ser resolvidas.

Na unidade anterior, explicamos que falhas de mercado - grandes e pequenas - são a regra, não a exceção, e resultam em resultados ineficientes em Pareto. Então, por que usamos os mercados?

**Empresas, governos e a extensão do mercado**

Em muitos casos, não usamos mercados. A estrutura de nossa economia, considerada como um todo, mostra que os mercados não são a maneira escolhida para organizar muitos aspectos da produção e distribuição de bens e serviços.

Se você pensa na economia como um território, como imaginavam os marcianos de Herbert Simon na Unidade 6, mesmo deixando de lado as famílias, vastas áreas não são organizadas pelos mercados.

* As empresas são economias planejadas centralmente: as empresas são organizadas dessa maneira porque custa mais para empresas privadas comprar alguns dos componentes do produto que vendem do que fabricá-los internamente. Como resultado, a produção interna é mais lucrativa do que adquirir a mesma coisa por compra.

[Ronald Coase](https://www.core-econ.org/espp/book/text/11.html#great-economists-ronald-coase) explicou que, como resultado, os limites dessa divisão entre a empresa e o mercado são definidos pelos custos relativos das opções 'fazê-lo' e 'comprar'. Assim, a extensão do mercado é determinada pela decisão da empresa sobre quais componentes de um produto produzir e quais comprar.

Sua explicação sublinha um fato importante que muitas vezes se perde em debates acalorados sobre os méritos de sistemas descentralizados de mercados semelhantes a organizações, em oposição aos mais centralizados, como governos. Existem algumas coisas em que os sistemas centralizados (como a empresa) são melhores e outras que são mais bem tratadas pelo mercado.

A beleza dessa demonstração é que não é um julgamento de alguns observadores, possivelmente tendenciosos; é o veredicto do próprio mercado. A concorrência entre as empresas acaba punindo as empresas que exageram na opção 'fazê-lo', estendendo demais as fronteiras do sistema centralizado através da expansão interna. E a concorrência no mercado pune igualmente as empresas que não conseguem tirar proveito da tomada de decisão centralizada, optando excessivamente pela opção "comprar".

* Os governos são organizações de cima para baixo: veremos que eles organizam porções muito substanciais da vida econômica na maioria das sociedades hoje. Dada a prevalência de falhas de mercado, por que toda a economia não está organizada por alguma combinação de empresas e governos?

A resposta é que, assim como há falhas de mercado, também existem falhas de organização centralizada e de cima para baixo. E também há limites para o que as famílias podem fazer. Os mercados são partes importantes de todas as economias modernas e foram importantes na maioria das economias da história.

**12.2 Os limites dos mercados: mercados repugnantes e bens de mérito**

Ver os preços como mensagem e motivação nos ensina o seguinte: os mercados funcionam bem quando os preços são informativos sobre a real escassez de bens e serviços e quando as pessoas podem mudar seu comportamento para levar em conta as mudanças nessas informações. Nesse caso, temos a 'mágica do mercado'; quando não é o caso, temos falhas de mercado.

Mas mesmo quando os mercados funcionam bem nesse sentido, muitas (provavelmente a maioria) pessoas pensam que há razões para organizar a produção e a distribuição de alguns bens e serviços específicos por outros meios.

* Mercados repugnantes[[1]](#footnote-1): A comercialização de alguns bens e serviços - órgãos vitais, votos, prêmios ou seres humanos - pode violar uma norma ética ou comprometer a dignidade humana.
* Bens de mérito[[2]](#footnote-2): É amplamente aceito que alguns bens e serviços (chamados bens de mérito) devem estar disponíveis para todos, independentemente da capacidade ou disposição de uma pessoa de pagar. Acesso a segurança pessoal, assistência médica básica e de emergência e procedimentos judiciais justos são exemplos.

**Mercados repugnantes**

Na maioria dos países, existem instituições bem estabelecidas que permitem que os pais desistam voluntariamente de um bebê para adoção, mas as leis normalmente impedem os pais de vender seus filhos.

A pesquisa realizada por Alvin Roth, economista cujo vídeo você assistiu quando discutimos transplantes de rim, identificou muitos desses mercados repugnantes[[3]](#footnote-3).

Por que a maioria dos países proíbe a compra e venda de bebês? Não é verdade que um mercado para bebês ofereça oportunidades para ganhos mútuos com a troca entre pais que desejam vender e futuros pais que desejam comprar?

Michael Walzer e Michael Sandel, dois filósofos, discutiram os limites morais dos mercados. Algumas transações de mercado entram em conflito com a maneira como valorizamos a humanidade, como comprar e vender pessoas como escravos; outros entram em conflito com os princípios da democracia, como permitir que as pessoas vendam seus votos.

Michael Sandel. 2009. Justice. London: Penguin.

Michael Walzer. 1983. Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality. New York, NY: Basic Books.

Sandel investiga os limites morais de sua audiência (estudantes de todo o mundo) em uma palestra chamada "[Por que não devemos confiar nos mercados com nossa vida cívica](https://tinyco.re/2385666)" e em uma série de vídeos chamados "[O que o dinheiro não pode comprar](https://tinyco.re/7062034)".

Uma resposta comum é que alguns produtos e serviços são diferentes das camisas, cortes de cabelo e outros produtos que rotineiramente compramos e vendemos nos mercados. Praticamente todos os países proíbem a venda de órgãos humanos para transplante. Barriga de aluguel comercial - uma mulher que engravida e dá à luz um bebê para outro casal em troca - não é legal na maioria dos países (embora seja legal em alguns estados dos EUA, Tailândia e Rússia).

Alguns economistas podem pensar que é errado impedir essas transações se ambas as partes as envolverem voluntariamente - impedir que essas trocas sejam Pareto ineficazes. Mas esse tipo de raciocínio econômico não se aplica a praticamente nenhuma transação, e a maioria dos economistas agora reconhece que nem tudo deve ser colocado à venda.

* A venda pode não ser realmente voluntária: por exemplo, a pobreza pode forçar as pessoas a entrar em uma transação da qual possam se arrepender mais tarde, e o bebê colocado à venda certamente não está fazendo isso voluntariamente.
* Você pode valorizar a dignidade? Colocar um preço em um bebê, parte do corpo ou sexo pode violar o princípio da dignidade humana.
* Isso prejudica as instituições: a venda de votos ou seres humanos prejudica o funcionamento de instituições ou princípios sociais valiosos, como a democracia[[4]](#footnote-4) e liberdade de movimento.
* Pode não ser justo: alocar mercadorias de acordo com a vontade de pagar (que depende da renda de um indivíduo), como é feito nos mercados, pode parecer menos justo do que outras maneiras de determinar quem recebe o que, como 'quem chega primeiro' ou acesso universal ao bem.
* Incentiva o interesse próprio: os mercados e os incentivos monetários em que se baseiam podem levar as pessoas a agir de maneira mais interessada e menos animada pelo público do que em outras instituições.

Com relação ao ponto final, lembre-se (da Seção 3.10) que isso parece ter ocorrido quando os pais foram multados por chegarem atrasados ​​para buscar seus filhos em creches em Israel (mais pais buscaram seus filhos mais tarde depois que a multa foi aplicada).

**Bens de mérito (meritórios)**

Os economistas reconhecem que existem alguns bens e serviços que são considerados especiais, pois devem ser disponibilizados a todas as pessoas, mesmo aquelas que não têm a capacidade ou vontade de pagar por eles. Estes são chamados bens de mérito; eles são fornecidos pelos governos e não alocados por um mercado governado pela vontade de pagar.

Na maioria dos países, o ensino primário é oferecido gratuitamente a todas as crianças e financiado por impostos. Cuidados de saúde básicos - pelo menos atendimento de emergência - também costumam estar disponíveis para todos, independentemente da capacidade de pagamento. A mesma situação vale para a representação legal em julgamento em muitos países - uma pessoa incapaz de pagar por um advogado deve receber representação legal sem encargos. A segurança pessoal - proteção contra ataques criminais ou incêndios em casa, por exemplo - geralmente é garantida em parte pelos serviços públicos de proteção policial e de combate a incêndios.

Por que bens de mérito devem ser fornecidos gratuitamente às pessoas? Pessoas de renda limitada não têm acesso a muitas coisas. Eles geralmente vivem em moradias precárias e pouco saudáveis ​​e têm oportunidades muito limitadas para viagens de lazer. Por que os cuidados básicos de saúde e escolaridade, representação legal e proteção policial e contra incêndio são diferentes? A resposta é que, em muitos países, esses bens e serviços são considerados direitos de todo cidadão.

**Exercício 12.1 Capitalismo entre adultos que consentem**

Todas as trocas contratuais voluntárias devem ser permitidas entre adultos que consentem?

Declare o que você pensa sobre as seguintes trocas (hipotéticas). Você pode presumir, em cada caso, que as pessoas envolvidas são adultos sãos e racionais que pensaram nas alternativas e consequências do que estão fazendo. Em cada caso, decida se você aprova e, se não, se acha que a transação deve ser proibida. Em cada caso, explique por que a transação descrita produz benefícios mútuos (ou seja, é uma melhoria de Pareto em vez de não permitir a troca).

1. Foi descoberto um procedimento médico complicado que cura uma forma rara de câncer em pacientes que certamente morrerão. A escassez de funcionários torna impossível tratar todos aqueles que poderiam se beneficiar, e o hospital estabeleceu uma política do primeiro a chegar, primeiro a ser servido. Ben, um paciente rico que está no final da lista, oferece a Aisha, uma pessoa pobre no topo da lista, US $ 1 milhão para trocar de lugar. Se Aisha morrer (o que é muito provável), seus filhos herdarão o dinheiro. Aisha concorda.
2. Melissa tem 18 anos. Ela foi admitida em uma boa universidade, mas não tem nenhuma ajuda financeira e não pode obter nenhuma. Ela assina um contrato de quatro anos para ser uma stripper na Internet e começará a trabalhar aos 19 anos. A empresa pagará suas contas.
3. Você está esperando na fila para comprar ingressos para um filme que está quase esgotado. Alguém da parte de trás da fila se aproxima da mulher à sua frente e oferece $ 25 para trocar posições na fila (ele assume a posição dela na sua frente e ela a dele na parte de trás da fila).
4. Uma pessoa politicamente apática, que nunca vota, concorda em votar em uma eleição para o candidato que lhe paga o valor mais alto.
5. William e Elizabeth são um casal rico que dá à luz um bebê com um pequeno defeito de nascença. Eles vendem esse bebê para seus vizinhos (igualmente ricos) e compram um filho sem defeitos de nascença de uma família que precisa do dinheiro.
6. Um indivíduo com uma renda adequada decide que gostaria de se vender para se tornar escravo de outra pessoa. Ele encontra um comprador disposto a pagar o preço pedido. O aspirante a escravo usará o dinheiro para promover a educação de seus filhos.

**12.3 O governo como ator econômico**

As razões pelas quais outras instituições que não os mercados desempenham um papel importante na produção e distribuição incluem falhas de mercado, o status de alguns bens ou serviços como bens de mérito e a natureza moralmente repugnante de algumas trocas. Isso ajuda a explicar por que os governos são grandes atores econômicos. Gastos do governo, impostos, leis, guerras e outras atividades fazem parte da vida econômica, tanto quanto as atividades de trabalho, investimento, economia, compra e venda de famílias e empresas.

Quando dizemos que os governos são atores econômicos (como fizemos ao chamar empresas de atores econômicos), nos referimos àqueles que tomam as principais decisões - formuladores de políticas, líderes militares e principais autoridades judiciais de um governo.

Em unidades anteriores, especialmente a anterior, identificamos muitos casos em que políticas governamentais poderiam ser introduzidas para tratar de problemas de ineficiência ou injustiça. Mas na Unidade 3, também mostramos como os governos (como empresas e indivíduos) são limitados no que podem fazer, não apenas porque têm recursos limitados para alcançar seus objetivos, mas também porque, na maioria das questões econômicas, mesmo um governo poderoso não pode ditar o que os cidadãos fazem.

O governo pode exigir que um salário mínimo seja pago a todos os trabalhadores, mas não pode exigir que os trabalhadores trabalhem duro em vez de se esquivar do trabalho. O governo pode exigir que os proprietários de uma empresa paguem impostos, mas não pode exigir que eles invistam na construção de nova capacidade produtiva em vez de comprar uma segunda casa. Em muitos casos, o máximo que pode fazer é alterar as circunstâncias em que as pessoas decidem o que fazer. Aqui, voltamos à questão das políticas governamentais, enfatizando não o que os governos podem fazer para resolver falhas de mercado, injustiça e outros problemas, mas o que eles realmente fazem e por que isso às vezes fica aquém do que gostaríamos.

Um governo permite que as pessoas façam coisas juntas que não poderiam fazer individualmente. Um exemplo está indo para a guerra. Os governos também se envolvem em atividades que melhoram enormemente os padrões de vida e a qualidade de vida de seus cidadãos. Exemplos incluem:

* Pobreza reduzida: cinquenta anos atrás, mesmo em países ricos, muitos aposentados ou idosos estavam presos na pobreza. Por exemplo, em 1966, 28,5% dos cidadãos dos EUA com 65 anos ou mais foram classificados como "pobres". As transferências governamentais em muitos países reduziram bastante as privações econômicas graves entre os idosos. Em 2017, apenas 9,2% dos idosos nos EUA eram pobres.
* Aumento da expectativa de vida e a redução drástica da mortalidade infantil em muitos países: quando essas melhorias ocorreram no final do século XIX e no início do século XX, elas não resultaram principalmente de avanços na medicina, a maioria dos quais ocorreu mais tarde. Eles seguiram as políticas do governo que melhoraram o saneamento e o abastecimento de água.
* Segurança econômica: o aumento do tamanho dos gastos do governo reduziu a insegurança econômica, diminuindo a extensão dos booms e dos bustos. Isso é chamado de redução da volatilidade do ciclo de negócios.

Mais sobre a economia da redução da pobreza: Angus Deaton. 2013. [The Great Escape: health, wealth, and the origins of inequality](https://tinyco.re/5750302). Princeton: Princeton University Press.

**Coerção e prestação de serviços públicos**

Os governos são atores em uma escala inigualável pelas famílias e pela maioria das empresas. O governo dos EUA - federal, estadual e local - emprega quase 10 vezes mais pessoas do que a maior empresa do país, o Walmart. No entanto, os governos nem sempre foram atores econômicos nessa escala. Na Figura 12.1, mostramos a receita tributária total coletada pelo governo do Reino Unido como uma fração do produto interno bruto - uma medida do tamanho do governo em relação ao tamanho da economia - ao longo de mais de 500 anos. O número sobe de cerca de 3% no período anterior a 1650 para 10 vezes esse valor após a Segunda Guerra Mundial[[5]](#footnote-5).

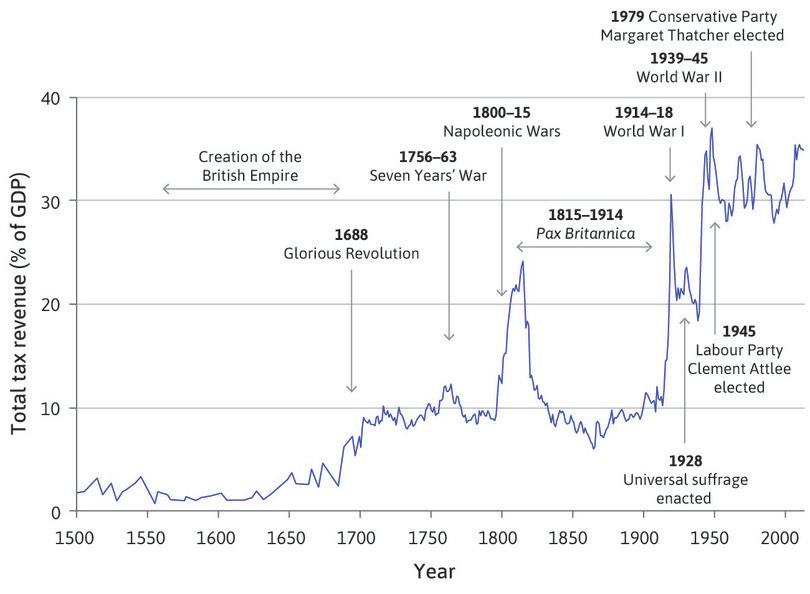
Mesmo quando as receitas tributárias representavam apenas 3% do Produto Interno Bruto (PIB), o governo do Reino Unido era um ator imensamente importante. Não é o tamanho dos governos que os tornam únicos ou de importância única como atores.

Dentro de um determinado território, apenas um governo tem autoridade para usar força e restrições à liberdade de um indivíduo para atingir seus objetivos. Como os cidadãos geralmente veem o uso dos poderes coercitivos do governo para manter a ordem, regular a economia e prestar serviços como legítimos - o que significa que eles aceitam a autoridade do governo - a maioria dos cidadãos cumpre as leis do governo. Uma aplicação do poder coercitivo do governo é a cobrança de impostos, que pode ser usada para financiar suas operações.

Para distinguir governos de atores econômicos privados como empresas, famílias, indivíduos, sindicatos e organizações profissionais, definimos o governo[[6]](#footnote-6) como o único órgão em um território geográfico (a nação) que pode legitimamente usar a força e a ameaça da força para atingir seus fins. Os governos costumam fazer coisas - prendendo as pessoas, por exemplo - que, se feitas por um indivíduo, são consideradas erradas e ilegais.

Além de seu uso legítimo de poderes coercitivos, uma segunda característica do governo é que ele tem obrigações para com seus cidadãos com base em direitos civis e humanos; esse recurso também distingue o governo de empresas e outras entidades econômicas privadas. Para avançar e proteger esses direitos, os governos usam fundos fiscais para fornecer serviços como defesa nacional, proteção policial e educação. Esses serviços geralmente estão disponíveis para os cidadãos, sem restrições para quem os utiliza e sem cobrar um preço.

Figura 12.1 O crescimento do governo no Reino Unido (1500–2015).



[UK Public Revenue](https://tinyco.re/2111182); Patrick K. O’Brien and Philip A. Hunt. 1993. ‘The rise of a fiscal state in England, 1485–1815’. Historical Research 66 (160): pp.129–76. Nota: Pax Britannica refere-se ao século entre o final das Guerras Napoleônicas e o início da Primeira Guerra Mundial, no qual (em comparação com períodos anteriores ou subsequentes) a Europa e a maior parte do mundo eram relativamente pacíficas, com o Reino Unido como o exército militar dominante nação. A Revolução Gloriosa depôs o rei James II em 1688 e aumentou o poder independente do parlamento.

As pessoas diferem muito em sua renda e riqueza e, portanto, nos impostos que pagam; no entanto, como cidadãos, têm o mesmo direito a muitos serviços prestados pelo governo. Esse simples fato está na raiz de muitos debates sobre o 'tamanho' apropriado do governo; pessoas com menos renda e riqueza se beneficiam de muitos serviços governamentais, mas pessoas com mais riqueza e renda pagam mais (em termos absolutos) dos impostos que financiam esses serviços. Os sistemas de impostos, transferências e despesas dos governos democráticos normalmente redistribuem a renda daqueles com renda mais alta para aqueles com renda mais baixa (ver Figuras 5.20 e 5.21 na Unidade 5).

**Parte da solução**

Jean Tirole, economista especializado no papel de intervenção e regulação, descreve a maneira como os governos podem intervir em sua palestra sobre o [prêmio Nobel](https://tinyco.re/2393310).

Os governos podem adotar os objetivos gêmeos que usamos neste curso:

* Maximizando o excedente: Eles podem tentar garantir que os ganhos mútuos possíveis por meio de nossas interações econômicas sejam os maiores possíveis e sejam plenamente realizados.
* Garantir justiça: eles podem influenciar a forma como esses ganhos são compartilhados.

Exemplos de políticas comumente adotadas pelos governos para solucionar falhas de mercado e injustiça incluem:

* Políticas de concorrência: Reduzir os poderes de fixação de preços dos monopólios.
* Políticas ambientais: Reduzir as emissões de poluentes.
* Subsídios: Para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).
* Políticas que estabelecem a expectativa de que a economia seja relativamente estável: para que as empresas invistam.
* Prestação pública de assistência médica ou seguro obrigatório.
* Fornecendo informações: para permitir que as pessoas tomem melhores decisões, como os riscos associados a produtos financeiros, brinquedos infantis e alimentos.
* Políticas do banco central: exigem que os bancos comerciais minimizem sua exposição ao risco restringindo a alavancagem de seus balanços.
* Leis de salário mínimo: que proíbem contratos que pagam abaixo de um mínimo declarado.

Os governos perseguem esses objetivos por meio de uma combinação de quatro meios:

* Incentivos: impostos, subsídios e outras despesas alteram os custos e os benefícios de atividades que têm efeitos externos que levariam a falhas de mercado ou a resultados injustos, se não contabilizados.
* Regulação: regulação direta de atividades econômicas, como o grau de competição, incluindo participação universal obrigatória no seguro social e médico e regulação da demanda agregada.
* Persuasão ou informação: alterando as informações disponíveis e as expectativas das pessoas sobre o que os outros farão (por exemplo, sua crença de que suas propriedades são seguras ou que outras empresas investirão) para permitir que as pessoas coordenem suas ações de maneira desejável.
* Provisão pública: provisão em espécie ou por meio de transferências monetárias, incluindo bens de mérito, como educação básica, representação legal em processos judiciais e transferências de renda para alterar a distribuição dos padrões de vida.

**Parte do problema**

Para atingir esses objetivos valiosos, os governos devem ter poderes extraordinários para adquirir informações e obrigar a conformidade. Isso cria um dilema. Para que o governo seja um solucionador de problemas bem-sucedido, ele também deve ser poderoso o suficiente para ser potencialmente um problema. Exemplos da história e das notícias de hoje mostram governos usando seu monopólio no uso da força para silenciar a oposição e adquirir enorme riqueza pessoal para seus funcionários e líderes.

* Costa do Marfim: como presidente de 1960 a 1993, Felix Houphouet Boigny acumulou uma fortuna estimada entre US $ 7 bilhões e US $ 11 bilhões, grande parte em contas bancárias suíças. Uma vez ele perguntou: 'Existe algum homem sério na Terra que não armazena partes de sua fortuna na Suíça?
* 'Romênia: Nicolae Ceausescu, chefe de estado sob o regime do Partido Comunista de 1965 a 1989, acumulou riqueza extraordinária, das quais as partes mais visíveis eram mais de uma dúzia de palácios que tinham banheiros com banheiras de azulejos dourados e suportes de papel higiênico de ouro maciço.
* Rússia: Desde a virada do século 21, as conexões pessoais com o presidente Vladimir Putin permitiram que uma classe de empresários chamada oligarcas obtivesse centenas de milhões de rublos em ativos.

Antes da Revolução Francesa, Luís XIV da França construiu um palácio de luxo e jardins para si no Palácio de Versalhes, que agora é uma das principais atrações turísticas do mundo. Ele foi chamado de Rei do Sol por seus súditos e afirmou: "Letet, cest moi" ("eu sou o estado"). A palavra 'estado' às vezes é usada - como o rei do sol fez aqui - para significar 'governo em geral', distinguindo-a de qualquer órgão em particular, como o governo da França. Na vizinha Grã-Bretanha, quase ao mesmo tempo, William Pitt tinha uma visão diferente de seu rei, declarando que 'em seu chalé o homem mais pobre pode desafiar todas as forças da coroa', como vimos na Unidade 1, Exercício 1.5 .

As sociedades bem governadas criaram maneiras de limitar os danos que o uso dos poderes do governo pode infligir, sem comprometer a capacidade do governo de resolver os problemas da sociedade. Geralmente, eles incluem uma combinação de:

* Eleições democráticas: Permitir que os cidadãos demitam um governo que esteja usando seus poderes para seu próprio benefício ou para os interesses de outros pequenos grupos.
* Verificações e equilíbrios institucionais e restrições constitucionais sobre o que o governo pode fazer: proíbem inteiramente algumas ações de um governo, como impor uma religião em particular a uma população.

O segundo ponto é o motivo pelo qual Pitt pôde observar que, embora o agricultor possa ter dificuldade em manter a chuva fora de sua casa, ele pode excluir com confiança o rei da Inglaterra.

Em uma economia capitalista, além da obrigação de pagar impostos, exceto em circunstâncias excepcionais, o governo não pode apreender o que você possui. Isso limita a capacidade do governo de se enriquecer às suas custas. Este é um limite essencial para poderes governamentais arbitrários.

Um exemplo de caso excepcional seria se você possuísse um pedaço de terra que fosse o único local possível para uma ponte necessária para resolver um problema de tráfego. A maioria dos governos tem o direito de adquirir a terra pelo que é considerado um preço justo, mesmo que você não esteja disposto a vender. Esse poder de tomar propriedade privada para uso público tem muitos nomes. Por exemplo, é conhecido como "direito de domínio eminente" nos EUA ou "pedido de compra obrigatório" no Reino Unido. Mesmo com limites bem projetados para os poderes do governo e provisões para exceções que permitam aos governos servir melhor o público, veremos que os governos, como os mercados, às vezes fracassam.

**Pergunta 12.1 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Quais das seguintes afirmações são corretas?

Um governo não deve ser capaz de apreender propriedade privada.

Um governo não deve ser o fornecedor monopólio de um serviço.

Um governo não deve poder usar a força contra seus cidadãos.

Um governo não deve coletar informações sobre seus cidadãos.

**Falha do governo**

Para entender por que nem mercados nem governos podem oferecer soluções ideais para problemas econômicos, pense no caso de um monopólio natural[[7]](#footnote-7). Um exemplo seria o fornecimento de água da torneira em uma cidade ou transmissão de eletricidade por uma rede nacional. Nesses casos, como resultado de economias de escala, a solução mais eficiente é fazer com que uma única entidade forneça o serviço. Pode ser uma empresa privada, um monopólio econômico ou o governo, que é um monopólio político.

Se a empresa fosse de propriedade privada como monopólio, sabemos da Unidade 7 que enfrentaria uma curva de demanda em declínio, o que limitaria o preço pelo qual poderia vender seus produtos. A fim de maximizar os lucros da empresa e, portanto, o valor dos ativos dos proprietários, a firma de monopólio procuraria reduzir custos e restringir a produção para que pudesse cobrar um preço mais alto. O resultado seria um preço acima do custo marginal de produção, o que significa que alguns consumidores que valorizam o serviço a mais do que o custo marginal não o consumiriam. A propriedade privada do monopólio resultaria em uma falha de mercado.

O governo faria um trabalho melhor?

Idealmente, um monopólio natural de propriedade do governo fixaria o preço igual ao custo marginal e financiaria os custos fixos através da tributação. Mas o governo pode ter pouco incentivo para reduzir custos. A empresa pública de fornecimento de água ou eletricidade pode estar sob pressão para sobrecarregar a empresa com empregos bem remunerados para indivíduos politicamente conectados. Como resultado, os custos podem ser maiores. Empresas ou indivíduos ricos podem pressionar o monopólio de propriedade do governo para fornecer seus serviços em termos favoráveis ​​a grupos de interesse especial. Esses resultados da propriedade pública seriam um falha de governo[[8]](#footnote-8).

Este caso ilustra as semelhanças e diferenças entre a responsabilidade econômica[[9]](#footnote-9) fornecida pelo mercado e a responsabilidade política[[10]](#footnote-10) fornecida por uma forma democrática de governo. Tanto os proprietários da empresa de monopólio como os tomadores de decisão do governo podem agir para promover seus próprios interesses às custas do consumidor ou cidadão, mas ambos operariam dentro de restrições. A empresa de monopólio não estaria livre para cobrar o preço que desejasse; seus lucros são limitados pela curva de demanda. O governo não teria toda a liberdade de aumentar os custos da provisão contratando ou atendendo apenas a 'amigos do governo', porque pode sofrer uma derrota nas eleições.

Esses dois casos - propriedade privada ou governamental de um monopólio natural - ilustram o problema de falha de mercado[[11]](#footnote-11) (o monopólio cobrando mais do que o custo marginal) e o que às vezes é chamado de falha do governo (a falha em minimizar o custo da prestação do serviço).

Qual funciona melhor? Não há resposta geral para essa pergunta. E existem muitas opções além da propriedade privada ou do governo, incluindo a propriedade privada sob regulação pública ou a propriedade pública com a concorrência entre empresas privadas pelo direito de produzir e precificar o serviço por tempo limitado[[12]](#footnote-12).

Ver o governo como um ator econômico que persegue seus objetivos, mas é limitado pelo que é possível, nos ajuda a esclarecer quais fatores podem influenciar um governo a ser mais um solucionador de problemas e menos um problema.

**Exercício 12.2 Incorporando o autocontrole ao governo**

James Madison, uma figura de destaque nos debates sobre a Constituição dos EUA depois que as ex-colônias britânicas nos Estados Unidos da América venceram sua guerra de independência, escreveu em 1788:

Ao estruturar um governo que deve ser administrado por homens sobre homens, a grande dificuldade reside nisso: você deve primeiro permitir que o governo controle os governados; e, em seguida, obrigá-lo a se controlar[[13]](#footnote-13).

Como a democracia (incluindo o Estado de Direito) trata das preocupações de Madison de obrigar o governo a "se controlar"?

**Exercício 12.3 A relação entre desenvolvimento econômico e tamanho do governo**

Use a Figura 12.1 para ajudá-lo a responder às seguintes perguntas:

1. Por que Pax Britannica foi um período de governo menor?
2. Compare a Figura 12.1 com a Figura 1.6. Por que você acha que o crescimento do tamanho do governo coincide com o surgimento do capitalismo como sistema econômico nos séculos XVII e XVIII e o aumento da produção per capita?
3. Compare dois períodos de "tempo de paz" - Pax Britannica e o período desde o final da Segunda Guerra Mundial. Por que você acha que o tamanho do governo foi muito maior no segundo período?

**Pergunta 12.2 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Para poder lidar efetivamente com os casos de falha e injustiça do mercado e cumprir suas outras obrigações, o Estado precisa ser suficientemente grande e poderoso. Isso significa que o solucionador de problemas também é grande o suficiente para ser um problema em potencial. Como esse paradoxo geralmente é resolvido?

a regra da lei

restrições constitucionais

pressão internacional

eleições democráticas que dão aos cidadãos o poder de demitir o governo

**12.4 O governo como um buscador de renda monopolista**

Os governos, como vimos, têm o poder de resolver problemas, mas também de causá-los. Os chefes de governo e seus associados costumam abusar de seu poder para obter ganhos pessoais. Outros governos, mesmo antidemocráticos como os que acabamos de mencionar, às vezes prestam serviços públicos valiosos e governam sem ganhos pessoais extravagantes.

**Rendas políticas**

Nossa analogia entre empresas e governos sugere uma semelhança entre um ditador e um monopolista - nenhum deles enfrenta muita concorrência. Mas existem outras semelhanças. Pense no que um ditador pode fazer. Os exemplos acima da Rússia, Costa do Marfim, França e Romênia mostram que a falta de concorrência permite ao governante obter uma renda substancial que não seria possível se não fosse por sua posição política.

Essa renda é chamada renda política[[14]](#footnote-14). É política porque está associada a uma posição ou conexões políticas. É uma renda no sentido já usado muitas vezes neste curso - um pagamento acima e além do que o ator pode obter de sua próxima melhor alternativa.

Isso é semelhante, por exemplo, as rendas do trabalho recebidos por um trabalhador empregado. No caso do trabalhador, a próxima melhor alternativa é considerada o desemprego; para um membro da elite política, a próxima melhor alternativa é o que a pessoa receberia sem uma posição ou conexões políticas. No caso dos oligarcas russos, suas rendas políticas são os rendimentos que receberam acima e além do que teriam na ausência de qualquer conexão privilegiada com o governo russo.

Diferentemente das rendas estacionárias que incentivam os trabalhadores a trabalhar duro e bem, ou das rendas dinâmicas recebidas por inovadores bem-sucedidos, essas rendas não desempenham um papel útil na economia. Eles são simplesmente uma recompensa por ter poder.

**Objetivos e restrições**

Para entender por que os governos fazem o que fazem, começamos modelando o governo como um único indivíduo e usamos os conceitos usuais:

* as preferências dele
* as restrições que determinam quais ações e resultados são viáveis ​​para ele.

Para começar, modelamos o governo como um "monopolista político", o que significa que não há competição nas eleições que possa removê-lo do poder. Chamamos isso de modelo de 'governo como monopolista', e normalmente chamaríamos um governo como esse de ditadura. Mesmo na ausência de eleições, o ditador enfrenta uma restrição de viabilidade: seus poderes não são ilimitados, porque se ele tira muito da população, pode ser destituído do cargo por uma revolta de cidadãos.

Dependendo de suas preferências e das restrições que ele enfrenta, o ditador (que é o monopolista político) pode usar as receitas tributárias que o governo cobra para propósitos que podem incluir:

* Prestação de serviços a praticamente todos os cidadãos: incluem educação e saúde.
* A prestação de serviços governamentais ou outros benefícios a um grupo com objetivos específicos: podem ser empregos bem remunerados ou reduções especiais nas obrigações tributárias.
* Conceder rendimentos substanciais a si mesmos: ou outros benefícios econômicos para eles ou suas famílias.

**Um ditador que busca renda**

Como em todos os modelos, simplificamos bastante para que possamos nos concentrar nos aspectos mais importantes do problema. Assumimos que:

* O ditador é totalmente egoísta.
* Ele decide um imposto que cobrará dos cidadãos.
* Ele mantém a receita tributária que sobra após gastar em serviços públicos (como um serviço básico de saúde e escolas).
* Ele presta esses serviços aos cidadãos porque, se ele mantiver muito, corre o risco de uma revolta popular que o afastaria do cargo.

Embora simples, este modelo captura algumas realidades importantes:

* O povo romeno se revoltou contra Nicolae Ceausescu em 1989, depois de ele estar no cargo por 29 anos. As forças armadas se juntaram à revolta e ele e sua esposa foram executados.
* Luís XVI da França foi retirado do poder em uma revolução em 1789, durante a qual milhares de homens e mulheres armados cercaram o Palácio de Versalhes. Ele foi executado por guilhotina em 1793.

A busca de renda pelo ditador (atividades para aumentar ou perpetuar esses altos rendimentos) geralmente envolve o uso dos recursos da economia para policiar a população. Isso é para manter o ditador no poder, em vez de produzir bens e serviços. São semelhantes a algumas das atividades de busca de aluguel de uma empresa que maximiza o lucro - anunciando ou pressionando o governo a obter uma redução de impostos, por exemplo -, mas são diferentes das atividades de busca de renda, como a inovação que cria benefícios econômicos substanciais.

Para simplificar o problema de tomada de decisão do ditador, assumimos que o ditador não escolhe o serviço público a fornecer - o serviço público é tomado como determinado. O ditador escolhe apenas quanto cobrar em impostos.

**Até um ditador enfrenta restrições sobre o que ele pode fazer**

Como na Unidade 5, quando Bruno estava usando seus poderes coercitivos para explorar Angela, o ditador não quer cobrar tanto em impostos que os cidadãos carecem de força e capacidade de produzir. Mas o ditador enfrentará a possibilidade de uma revolução, uma restrição adicional.

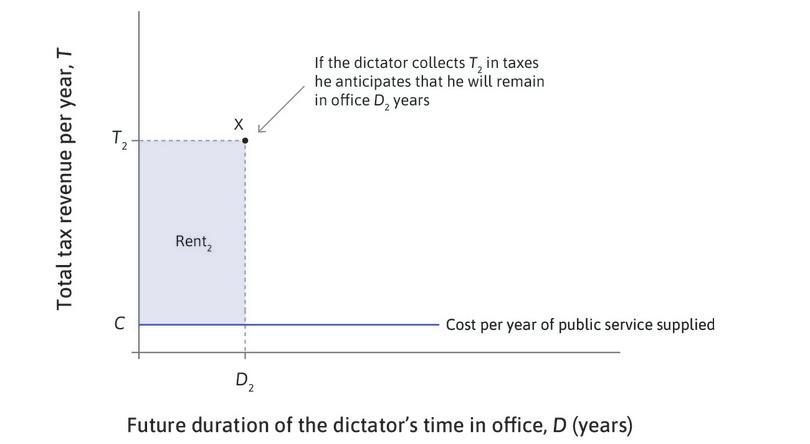
Assumimos que há duas razões para remover o ditador:

* Razões relacionadas ao desempenho: ele cobra impostos demais, por exemplo.
* Razões não relacionadas ao desempenho: Ele não tem controle sobre elas.

O ditador quer maximizar a renda política total que ele pode esperar obter durante seu período no cargo, e não a renda que ele pode receber em um determinado ano. Então, ele tem que pensar em quanto tempo ele provavelmente durará. Obviamente, isso é impossível de prever, mas ele espera razoavelmente que, se estiver prestando uma determinada quantia do serviço público, quanto mais baixos os impostos que ele impuser, maior será sua duração no cargo.

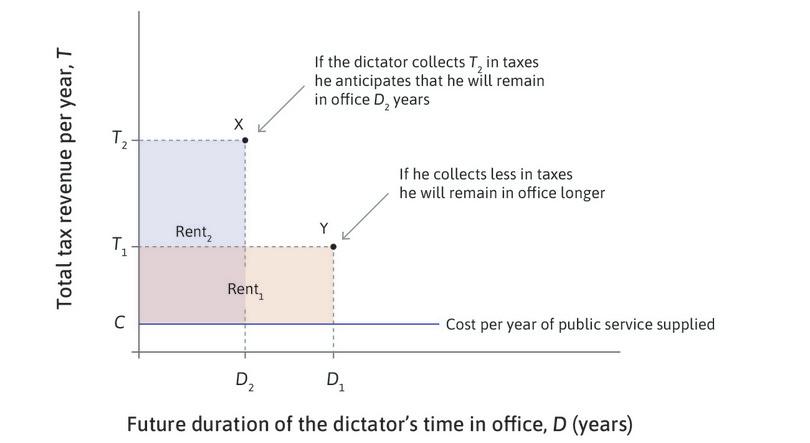
A Figura 12.2 ilustra como um ditador prospectivo avaliaria dois possíveis níveis de tributação. Com o imposto mais alto, o ditador recebe uma renda maior por ano, mas por um período mais curto no cargo (a probabilidade de ser removido é maior).

Figura 12.2 O ditador prospectivo contempla a renda política total que obterá com dois níveis diferentes de tributação anual.



Imposto mais alto

Se o ditador receber T2 em impostos, ele antecipa que permanecerá no cargo por D2. Sua renda política total é (T2 - C) D2, onde C é o custo de suprimento do bem público.



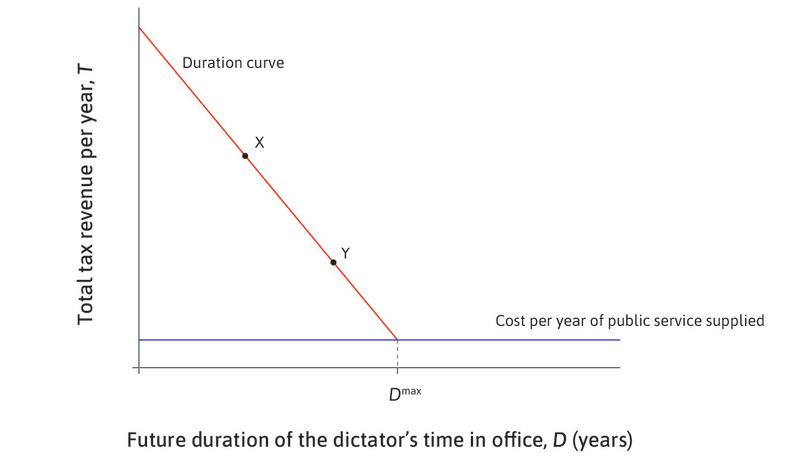
Imposto mais baixo

Se ele receber menos impostos, espera permanecer no cargo por mais tempo. Suas renda política total é (T1 - C) D1. Você pode ver na figura que ele se sai melhor impondo um imposto mais alto (o retângulo azul claro, Rent2, é maior que o retângulo vermelho claro, Rent1).

Supondo que o setor privado também não forneça esse serviço ao público, você pode pensar no governo como um monopolista que presta o serviço público a um preço (o imposto) que os cidadãos são legalmente obrigados a pagar. O ditador enfrenta uma restrição semelhante a uma curva de demanda. Assim como o valor que uma empresa monopolista é capaz de vender está inversamente relacionado ao preço que define, a duração do tempo no governo está inversamente relacionada à taxa de imposto que define.

A Figura 12.3 mostra como a taxa de imposto imposta pelo ditador afeta a duração esperada do governo, definida como o número de anos que ele pode esperar permanecer no cargo após este ano.

Figura 12.3 A curva de duração: O ditador define o imposto dado o custo do serviço público.



Qual é o tempo mais longo (Dmax) que o ditador poderia esperar permanecer no cargo? Para entender isso, imagine que nosso ditador de repente perdeu o interesse em dinheiro e simplesmente quis permanecer no cargo o maior tempo possível. O que ele faria?

Ele não pode reduzir a probabilidade de ser removido por razões não relacionadas ao seu desempenho. Mas ele pode reduzir a probabilidade de remoção do produto relacionado ao desempenho, coletando apenas impostos suficientes para atender aos custos de produção do serviço público. Na Figura 12.3, Dmax é, portanto, onde a curva de duração atende à linha de custo. É a duração esperada quando se considera apenas fatores não relacionados ao desempenho do ditador. Qualquer taxa de imposto acima do custo de produção reduzirá a duração esperada abaixo de Dmax, como mostra a inclinação descendente da curva de duração.

A curva de duração passa pelos pontos X e Y na Figura 12.2 e não fica abaixo da linha de custo, porque se o fizesse, o ditador estaria pagando do próprio bolso o custo do serviço público. Um ditador em um país com um estado de direito mais forte - e, portanto, com menor probabilidade de um golpe não relacionado ao desempenho - enfrentaria uma curva de duração que atenda à linha de custo à direita da mostrada.

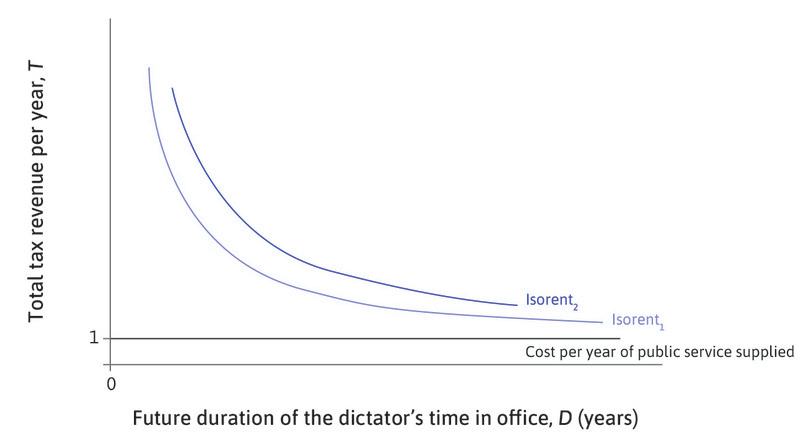
A curva de duração é a fronteira de possibilidades para o ditador. Pontos no conjunto viável acima da curva de custo resultam em rendas positivas para ele. A curva representa um trade-off familiar:

* Impostos mais altos: mais rendas no curto prazo, ao custo de uma maior probabilidade de demissão antecipada do cargo. Uma duração mais curta no cargo é o custo de oportunidade de rendas mais altas por ano.
* Impostos mais baixos: o ditador ganha rendas por mais tempo, mas em um nível mais baixo por ano. Rendas mais baixas por ano é o custo de oportunidade de uma duração mais longa no cargo.

**O ditador escolhe um imposto para maximizar suas rendas totais**

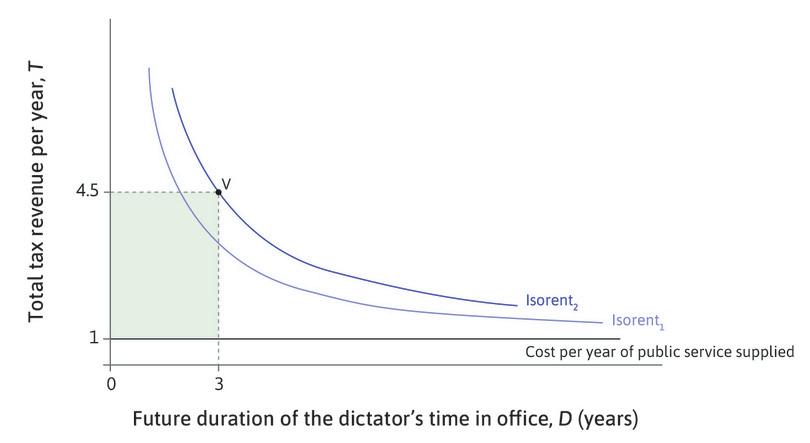
Como um ditador diante de uma curva de duração decide a taxa de imposto a impor aos cidadãos? A resposta é semelhante à maneira como uma empresa monopolista decide o preço a cobrar pelo seu produto. Como o dono de um monopólio, o ditador enfrenta uma troca: ele gostaria de extrair uma grande quantidade de impostos totais dos cidadãos e permanecer no cargo por um longo tempo. Mas a curva de duração diz a ele que ele não pode ter os dois. Portanto, ele deve avaliar diferentes combinações de receita tributária (T) e duração (D).

Figura 12.4 As curvas isorenda do ditador.



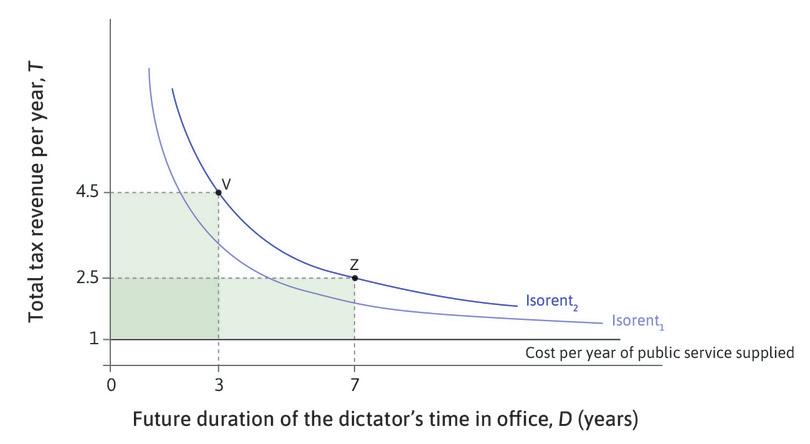
Curvas Isorenda

Algumas das curvas isorenda do ditador são mostradas, com o Isorent2 indicando uma renda política mais alta que o Isorent1. Aqui assumimos que o custo por ano da prestação de serviços públicos é 1.



Receita tributária relativamente alta, duração relativamente curta

O ponto V corresponde a uma duração de 3 anos e uma receita tributária anual de 4,5. O aluguel em V é (4,5 - 1) × 3 = 10,5 (a área sombreada em verde).



Outro ponto na mesma curva isorent

O ponto Z corresponde a uma duração de 7 anos e uma receita tributária anual de 2,5, fornecendo uma renda de (2,5 - 1) × 7 = 10,5 (uma área de tamanho idêntico àquela delimitada pelo ponto V). Observe que as rendas são calculadas subtraindo o custo anual da prestação do serviço público da receita tributária anual.

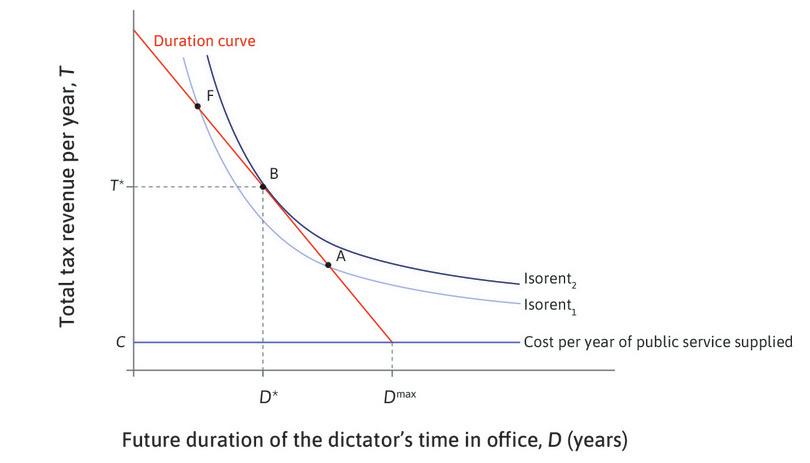
Ele faz isso usando um conjunto de curvas isorenda (semelhantes às curvas iso-lucro do monopolista), mostradas na Figura 12.4. Os pontos V e Z no Isorent2, na figura, são duas combinações diferentes de impostos totais por ano e duração do mandato que conferem ao ditador o mesmo nível de renda. Impostos altos e uma curta duração no cargo (ponto V) rendem a ele igual renda total que impostos mais baixos e um mandato mais longo (ponto Z). Os pontos na curva azul (Isorent2) produzem igual nível de renda total, e isso é maior que a renda total possível pelos pontos no Isorent1.

A forma das curvas isorenda é semelhante às curvas isolucro de um monopolista:

* Curvas isorenda mais altas estão mais longe da origem.
* Elas são "curvadas para dentro" em direção à origem, conforme mostrado na figura.
* A curva "sem renda" é a linha de custo horizontal.

Usando essas curvas isorenda, o monopolista pode determinar qual ponto da curva de duração - a fronteira de seu conjunto viável - rende a ele a renda total mais alta. Isso pode ser visto na Figura 12.5.

Figura 12.5 O ditador escolhe um nível de imposto para maximizar suas rendas políticas.



O ditador encontrará o imposto que maximiza sua renda política total esperada, que é a quantidade (T - C) D. O ditador raciocina de maneira análoga à empresa maximizadora de lucros que escolhe o preço para obter os lucros esperados mais altos iguais a (P - C) Q, onde P é o preço cobrado pela empresa e Q é a quantidade vendida.

Assim como usamos as curvas de isolucro da empresa para determinar o preço que cobraria para maximizar os lucros, agora podemos usar as curvas isorenda do ditador para determinar a taxa de imposto que imporá aos cidadãos.

Suponha que o ditador esteja pensando em estabelecer um imposto modesto e esperando um longo mandato, indicado pelo ponto A. Como a curva isorenda é mais plana que a curva de duração nesse ponto, podemos ver que ele faria melhor aumentando o imposto e suportando o custo de oportunidade associado a fazê-lo (uma estadia esperada mais curta no cargo).

Continuando esse raciocínio, podemos ver que a taxa de imposto indicada pelo ponto F na curva de duração concede ao ditador um grande excedente por ano, mas não o suficiente para compensar a curta duração de seu governo. Uma taxa de imposto mais baixa aumentaria sua renda esperada.

Para maximizar sua renda política, o ditador selecionará o ponto B, impondo o imposto T \* e esperando permanecer no cargo por D \* anos, fazendo uma renda total de (T \* - C) D \*. Nesse ponto, a inclinação da curva isorenda mais alta é igual à inclinação da fronteira de possibilidades (a curva de duração):

Inclinação da curva de duração = MRT

Inclinação da curva de duração = MRS

Inclinação da curva de duração = inclinação da curva isorenda mais alta possível

**Questão 12.3 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Considere a Figura 12.5. Qual das seguintes afirmações é verdadeira?

Um ditador interessado em maximizar a receita tributária anual que coletar.

Passar de A para B no diagrama é uma melhoria de Pareto, melhorando os resultados para os cidadãos e para o ditador.

Em T \*, um aumento na taxa de imposto aumentará a renda total esperada.

Os ditadores usam algumas receitas tributárias para fornecer serviços públicos essenciais.

**12.5 A competição pode limitar a procura política de renda**

A concorrência disciplina as empresas da economia limitando os lucros que elas podem obter estabelecendo um preço muito alto ou produzindo bens de baixa qualidade. A competição para vencer as eleições é a maneira pela qual uma democracia disciplina seus políticos para fornecer os serviços desejados pelo público a um custo razoável (em termos de impostos). Abaixo, apresentamos algumas evidências disso nos EUA.

Também há evidências de outros países de que a perspectiva de ser removida do cargo afeta a maneira como os políticos agem.

Mesmo em ambientes antidemocráticos, a ameaça de perder o cargo pode disciplinar os políticos. Na China, os governadores das províncias e os secretários do Partido Comunista não estão sujeitos a revisão pelos eleitores, mas por altos funcionários do governo central. Governadores e secretários de partidos são frequentemente promovidos e quase sempre demitidos. Os registros de todos os desligamentos entre 1975 e 1998 mostram que aqueles cujas províncias experimentaram um rápido crescimento econômico foram promovidos, enquanto aqueles cujas províncias ficaram para trás foram demitidos. A introdução de eleições em nível de aldeia na China levou ao aumento da provisão de serviços públicos locais, como serviços de saúde e educação, e, sem dúvida, à redução da corrupção[[15]](#footnote-15).

**Como os economistas aprendem com os dados**

**A concorrência eleitoral afeta a política?**

Pense em uma política como desejando permanecer no cargo e sabendo que ela deve satisfazer a maioria dos eleitores ao procurar a reeleição. Mas ela também tem seus próprios objetivos: avançar em um projeto específico que ela favorece, ou manter boas relações com indivíduos ricos que apoiariam suas campanhas políticas ou a empregariam quando sua carreira política terminasse. A ameaça de "dar aos eleitores o que eles querem ou são expulsos" a leva a enfatizar os interesses do público, em vez dos seus?

Comparar as políticas adotadas por políticos em distritos não competitivos (por exemplo, não haverá outro candidato à vaga) com aqueles que enfrentam competição eleitoral não responderá à pergunta. A razão é que os distritos políticos competitivos e não competitivos, e os políticos que os representam, são diferentes de tantas maneiras que a comparação misturaria os efeitos da competição política com os efeitos de outras diferenças.

Os economistas Tim Besley e Anne Case criaram uma maneira engenhosa de responder à pergunta. Alguns governadores estaduais nos EUA estão limitados a dois mandatos de quatro anos. Isso significa que no final de seu primeiro mandato eles enfrentarão uma competição eleitoral quando pedirem aos eleitores para reelegê-los. Durante o segundo mandato, a perspectiva de competição política não os afeta, porque eles não podem se candidatar à reeleição.

Este é um experimento natural[[16]](#footnote-16). O 'tratamento' é a perspectiva de competição eleitoral e, portanto, os governadores no primeiro mandato são o 'grupo de tratamento'. Os mesmos governadores no segundo mandato são o 'grupo de controle'. Como em qualquer bom experimento, outras influências importantes são mantidas constantes. Estamos medindo os mesmos indivíduos, nos mesmos distritos, sob uma condição de tratamento e controle.

Eles descobriram que durante seus primeiros mandatos (o período de tratamento), os governadores republicano e democrata implementaram níveis praticamente idênticos de tributação total per capita. Mas, durante seus segundos mandatos (o período de controle), os governadores do Partido Democrata, que tendem a favorecer mais gastos públicos e impostos, implementaram níveis de tributação muito mais altos do que os republicanos. E os governadores republicanos, quando não enfrentam concorrência política, implementaram níveis muito mais baixos do salário mínimo do estado.

Sejam democratas ou republicanos, os governadores que enfrentaram a concorrência eleitoral em seu primeiro mandato implementaram políticas muito semelhantes às favorecidas pelos eleitores 'swing'. Esses são os eleitores que tendem a mudar em quem votam e, portanto, tendem a decidir muitas eleições. As políticas comuns eram impostos mais baixos e salários mínimos mais altos. Mas eles divergiram de acordo com suas próprias preferências políticas ou interesses econômicos quando a competição eleitoral foi removida.

**Concorrência política como restrição**

Como afeta o que os governos fazem, agora introduzimos a concorrência política no modelo para ver como ele afeta a escolha do nível de imposto pelo governo. A liderança do governo não é mais representada por um ditador, mas pelo que chamamos de elite governante[[17]](#footnote-17), ou seja, os principais funcionários do governo e líderes legislativos, unificados por um interesse comum, como a participação em um determinado partido. Ao contrário de um ditador, a elite só pode ser removida do cargo perdendo uma eleição, e não por uma revolta de cidadãos ou por outros meios não eleitorais.

Quando falamos da "remoção do poder" da elite ou da duração de seu "mandato", não queremos dizer a remoção ou a duração no cargo de um indivíduo (como poderia ter sido o caso de um ditador), mas sim o remoção do poder de todo o grupo e sua afiliação a um partido político. Nos EUA, por exemplo, a elite governante do Partido Republicano foi destituída do cargo em 2008, quando o presidente Obama foi eleito. A elite governante do Partido Democrata associada ao presidente Obama foi destituída do cargo quando o presidente Trump foi eleito oito anos depois.

A Figura 12.6 ilustra alguns exemplos de duração das elites no governo e os motivos pelos quais eles acabaram saindo do cargo. A regra mais longa e contínua de uma elite governante foi o governo do Partido Revolucionário Institucional do México (PRI). Governou o México desde a época da revolução mexicana, no início do século XX, até o século XXI. A regra mais longa de um indivíduo à frente de uma elite governante foi por Fidel Castro (49 anos) em Cuba, que depois foi sucedido por seu irmão Raul. O período mais curto no cargo nesta tabela é o governo eleito de Gough Whitlam, na Austrália, que foi removido pelo Governador Geral (não um funcionário eleito) após um impasse parlamentar sobre o orçamento.

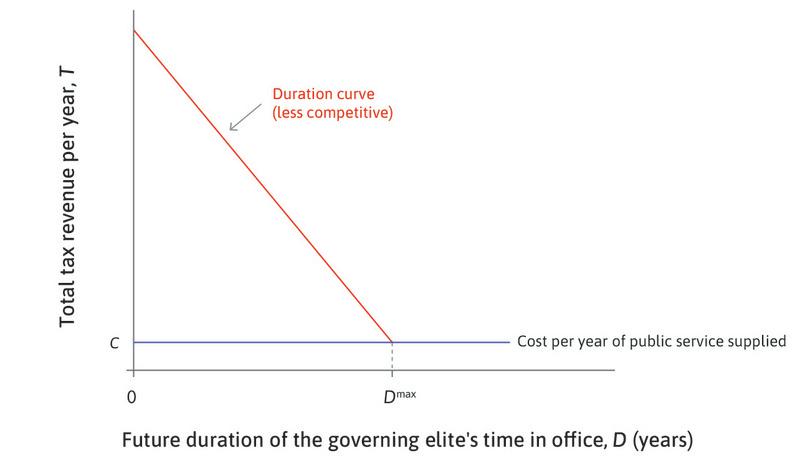
Figura 12.6 Exemplos de elites no governo, seu período de governo e razões para seu fim (quando aplicável).

| **‎Elite‎ política** | **‎País‎** | **‎Regra‎** | **‎Veio ao poder por‎** | **‎Poder esquerdo por‎** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Partido do Congresso‎ | ‎Índia‎ | ‎1947 – 1977‎ | ‎Eleição (fim do período colonial)‎ | ‎Eleição‎ |
| ‎Partido Comunista‎ | Cuba | ‎1959 –‎ | ‎Revolução‎ | ‎Ainda no poder a partir de 2019‎ |
| ‎Partido social democrático‎ | ‎Suécia‎ | ‎1932 – 1976‎ | ‎Eleição‎ | ‎Eleição‎ |
| ‎Segunda República‎ | ‎Espanha‎ | ‎1931 – 1939‎ | ‎Eleição‎ | ‎Guerra civil do golpe militar‎ |
| Francisco Franco | ‎Espanha‎ | ‎1939 – 1975‎ | ‎Golpe militar, guerra civil‎ | ‎Morte natural; regresso à democracia‎ |
| ‎Partido Revolucionário Institucional‎ | ‎México‎ | ‎1929 – 2000‎ | ‎Eleição‎ | ‎Eleição‎ |
| ‎Partido democrático‎ | ‎Nos‎ | ‎1933 – 1953‎ | ‎Eleição‎ | ‎Eleição‎ |
| ‎Partido Sandinista‎ | ‎Nicarágua‎ | ‎1979 – 1990‎ | ‎Revolução armada‎ | ‎Eleição‎ |
| ‎Congresso Nacional Africano‎ | ‎África do Sul‎ | ‎1994 –‎ | ‎Revolução não-violenta & eleição‎ | ‎Ainda no poder a partir de 2019‎ |
| ‎Partido Trabalhista Australiano‎ | ‎Austrália‎ | ‎1972 – 1975‎ | ‎Eleição‎ | ‎Demitido pelo Executivo (não eleito)‎ |

A ideia-chave em nosso modelo é que a competição política torna a probabilidade de perder uma eleição mais dependente do desempenho do governo. Isso significa que torna a curva de duração mais plana. Em outras palavras, um aumento de impostos pelo governo terá um efeito maior na duração esperada da elite no cargo do que teria se não houvesse competição política.

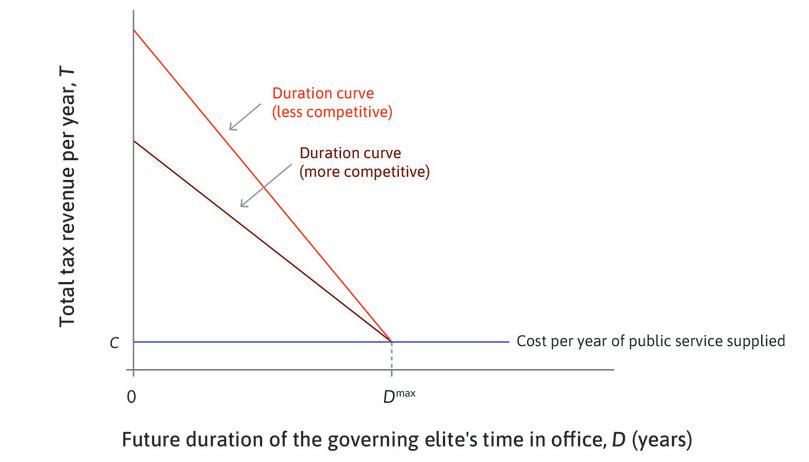
A curva de duração mais plana e competitiva que você vê na Figura 12.7 mostra uma situação em que aumentar os impostos acima do custo da prestação de serviços públicos está associado a uma redução no atual período de poder da elite governante.

Figura 12.7 O conjunto viável de impostos e duração do governo em um sistema político relativamente não competitivo e competitivo.



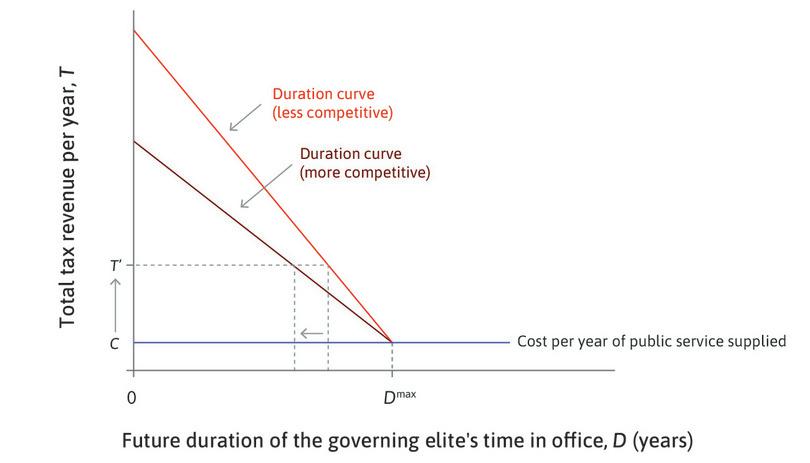
Uma ditadura

Em uma ditadura, a curva de duração é íngreme.



Uma curva mais plana

A curva de duração mais competitiva (mais escura) é mais plana.

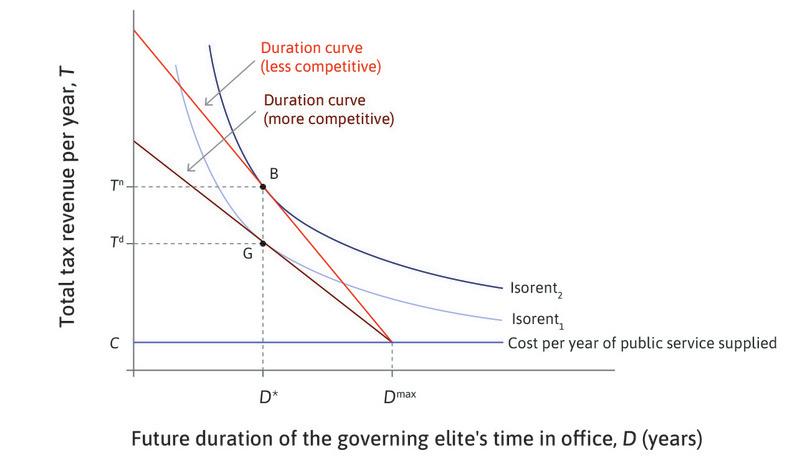


Um aumento nos impostos

Aumentar os impostos para T ′ acima do custo da prestação de serviços públicos está associado a uma redução mais substancial na vida útil esperada do atual governo, quando a concorrência política é mais forte.

O modelo ajuda a mostrar por que as elites governantes e os membros ricos e poderosos da sociedade que são aliados a essas elites resistem com tanta frequência à democracia e tentam limitar os direitos políticos dos menos favorecidos. Na Figura 12.8, o voto é restrito inicialmente aos ricos e, como resultado, a elite enfrenta pouca competição política (a curva de duração é acentuada) e maximiza suas rendas no ponto B. Mas agora suponha que todos tenham o direito de votar e que os partidos políticos da oposição podem desafiar a elite. Esse aumento da competição política é representado pela curva de duração mais plana, indicando que o conjunto viável da elite encolheu. Agora, escolhe o ponto G e cobra impostos mais baixos por ano.

Figura 12.8 Escolha dos impostos sob condições cada vez menos competitivas.



Observe que, na figura, a elite governante em um sistema político mais competitivo implementa impostos mais baixos, mas tem a mesma duração esperada que a elite no sistema menos competitivo (com impostos mais altos). Mas isso não precisa ser o caso. Geralmente, a duração pode ser maior ou menor se as condições se tornarem mais competitivas. Mas a taxa de imposto será definitivamente mais baixa.

**12.6 Monopólio político e concorrência**

No modelo, o "governo" é uma única pessoa - o ditador - ou uma "elite política" que tratamos como se fosse uma única pessoa. Em ambos os casos, suas ações são restringidas por nada além do fato de que, se cobrarem muito em impostos, isso poderá resultar em sua remoção do cargo. Mas os governos são grandes grupos de pessoas, regulados por regras complexas do jogo.

Na Unidade 6, explicamos que a empresa não é apenas um ator, é também um estágio no qual os vários grupos que a compõem também atuam, às vezes em conflito, às vezes em cooperação. O mesmo pode ser dito dos governos. No estágio do governo, políticos, partidos políticos, soldados, juízes, cidadãos e burocratas interagem de acordo com suas preferências particulares e com as regras formais e informais que compõem as instituições políticas[[18]](#footnote-18).

As instituições políticas de um país são as regras do jogo que determinam quem tem poder e como ele é exercido em uma sociedade. A democracia é uma instituição política, o que significa que é um conjunto de regras que determina

* quem compõe o governo
* os poderes que eles podem usar ao governar.

As instituições políticas diferem de país para país e ao longo do tempo. As principais categorias de instituições políticas incluem democracia e ditadura. Lembre-se de que na Unidade 1 definimos democracia como ‘Um sistema político que, idealmente, concede poder político igual a todos os cidadãos, definido por direitos individuais como liberdade de expressão, assembleia e imprensa; eleições justas nas quais praticamente todos os adultos são elegíveis para votar; e no qual o governo deixa o cargo se perder.

O principal valor que motiva a democracia é a igualdade política. Os cidadãos devem ter oportunidades substancialmente iguais para poder expressar seus pontos de vista de maneiras que possam moldar as políticas e outras atividades do governo. Lembre-se de que, na Unidade 1, explicamos que usamos o termo "democracia" para nos referir a uma forma de governo caracterizada pelo estado de direito, liberdades civis e eleições inclusivas, justas e decisivas. Inclusivo significa que nenhum grupo importante - por exemplo, mulheres, minorias étnicas e pessoas sem propriedade - pode ser excluído do direito de voto.

Na Figura 12.9, ilustramos as instituições políticas, contrastando os efeitos da competição e a falta de competição na economia e no governo.

Figura 12.9 Aluguéis políticos e econômicos sob concorrência e monopólio.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **‎Vários tipos de concorrência política e económica‎** | **‎Fonte de rendas ou razões para a sua ausência‎** | **‎Controles em elites políticas e proprietários firmes‎** | **‎Poder da não-elite (cidadãos e consumidores)‎** | **‎Lucros/rendas‎** |
| *‎O caso extremo da competição política limitada (um ditador)‎* | ‎O ditador usa impostos e outras receitas governamentais como uma fonte de renda pessoal acima do que ele receberia como cidadão comum.‎ | ‎Ameaça limitada de afastamento do cargo, por exemplo, o derrube revolucionário‎ | ‎Pouco‎ | ‎Rendas políticas > 0‎ |
| *‎O caso extremo da concorrência econômica limitada (um monopolista)‎* | ‎A monopolista restringe as vendas, preços de encargos acima do custo médio de produção e recebe um lucro maior do que o custo de oportunidade do capital.‎ | ‎Ameaça limitada de entrada no mercado por empresas concorrentes‎ | ‎Pouco‎ | ‎Lucros econômicos > 0‎ |
| *‎"Democracia ideal"‎* | ‎As rendas são eliminadas pela concorrência entre partidos políticos e outras liberdades, como a imprensa livre‎ | ‎A perda eleitoral é certa se as rendas políticas significativas são extraídas.‎ | ‎Exercido principalmente através do voto em outra pessoa‎ | ‎Rendas políticas = 0‎ |
| *‎«Competição perfeita» entre empresas‎* | ‎As rendas são eliminadas pela concorrência entre as empresas‎ | ‎Zero vendas (e falha firme) se define um preço superior ao custo médio.‎ | ‎Exercido principalmente através da 'saída'-compra de outra pessoa‎ | ‎Lucros econômicos = 0‎ |

**Pergunta 12.4 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Por que o termo "renda política" é usado para descrever os aumentos na riqueza pessoal geralmente usufruídos pelos ditadores?

A renda é derivada da contratação de propriedade pública para particulares.

Esses são ganhos "excessivos" resultantes da posição política do ditador.

Renda política é a renda que os ditadores ganham ao confiscar a propriedade privada e deixá-la aos amigos a taxas preferíveis.

"Renda" é um termo usado para descrever qualquer nível excessivo de renda.

**Pergunta 12.5 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Os magníficos palácios do Vale do Loire, na França, construídos entre 1550 e 1780, são uma grande atração turística. Muitos deles foram comissionados e construídos por ministros das Finanças que serviam reis franceses da época. Como isso pode ser explicado no contexto desta unidade?

Havia uma falta de responsabilidade.

Os ministros do rei eram de famílias francesas aristocráticas, que geralmente eram muito ricas.

Construir um castelo magnífico era uma maneira de confirmar o status de alguém.

O vale do Loire era bem provido de materiais essenciais para a construção.

**Pergunta 12.6 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Talvez o papel do ditador possa ser comparado ao do monopolista, pois ambos ganham rendas que tentam proteger, gastando em serviços policiais e de segurança (ditador) ou criando barreiras à entrada (monopolista). Em que aspectos importantes esses candidatos a renda diferem?

O ditador procura maximizar os benefícios para si próprio e, possivelmente, para sua família e vários grupos de interesse.

O monopolista é uma empresa privada e sujeita a regulação governamental, enquanto o ditador é o governo. O estado é sempre mais poderoso do que uma empresa individual.

Ao contrário do monopolista, o ditador procura maximizar as rendas a longo prazo, permanecendo no cargo o maior tempo possível.

Algumas das barreiras à entrada usadas para proteger as rendas de monopólio (por exemplo, economias de escala, inovação) produzem alguns benefícios econômicos. Isso não é verdade para a ditadura.

**12.7 Gastos de governos democráticos: prioridades de uma nação**

[Joseph Schumpeter](https://www.core-econ.org/espp/book/text/01.html#great-economists-joseph-schumpeter) escreveu uma vez que o orçamento público é o "esqueleto do estado despojado de todas as ideologias enganosas". Ele argumentou que a maneira como um governo gasta seu dinheiro revela suas verdadeiras prioridades, da mesma forma que o padrão de gastos de um indivíduo é uma lente através da qual se estuda suas preferências[[19]](#footnote-19).

Como vimos, antes do século XX, uma importante atividade dos governos era a defesa (em alguns casos, predação por outras nações) e o aumento da tributação para apoiá-la. Porém, bem antes desse tempo, algumas instituições governantes entenderam que se beneficiariam de fornecer condições para o crescimento da economia - construindo canais, estradas e escolas no século XIX, por exemplo. O desenvolvimento econômico poderia ser um trunfo, criando uma base tributária maior, educando um quadro de cidadãos mais orientado cientificamente ou construindo instituições financeiras que poderiam emprestar dinheiro ao governo.

Durante o século XX, a produção em larga escala nas empresas foi fácil para o governo ver e aconteceu em um só lugar. Isso facilitou a tributação e a regulamentação das empresas, e os governos também poderiam usar os livros contábeis e os registros das folhas de pagamento das empresas para descobrir quem recebeu o quê. Isso significava que tributar indivíduos também se tornava mais fácil. Os governos de muitos países deduziram impostos diretamente do salário de seus cidadãos, e muitos trabalhadores foram tributados explicitamente pela "previdência social", ou seja, para financiar pensões e, às vezes, na saúde.

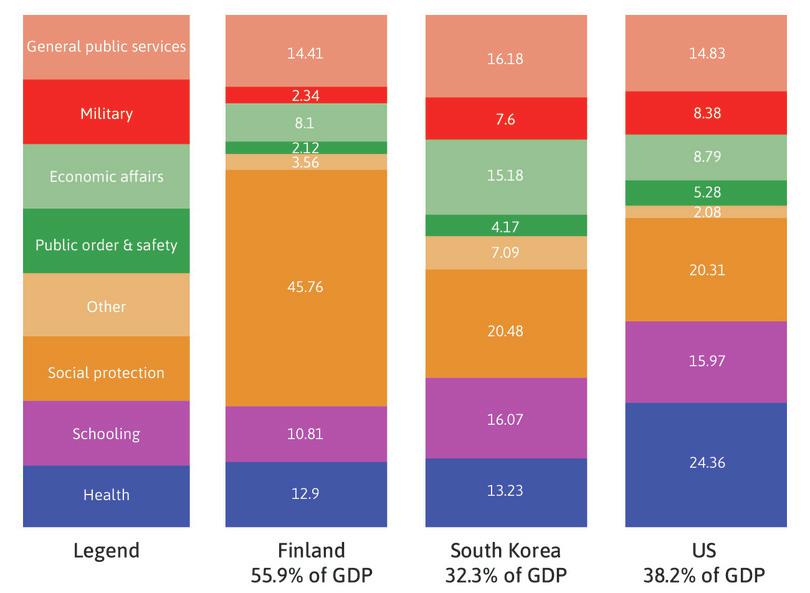
Muitos governos estão atualmente investigando se seus sistemas de tributação são eficientes e justos. Um exemplo é a [Mirrlees Review 2010](https://tinyco.re/6726989), que ofereceu propostas para uma reforma abrangente do sistema de impostos e transferências do Reino Unido, estabelecendo o escopo para lidar melhor com as falhas e a injustiça do mercado.

As mudanças na estrutura da economia também tornaram mais fácil para os governos cobrar impostos, não apenas sobre um bem específico, como sal ou importações, mas também sobre o consumo em geral e, finalmente, sobre o valor agregado na produção. Esses impostos de base ampla desempenham um papel importante nas finanças públicas das economias avançadas. Com a extensão do direito de voto a praticamente todos os adultos, os governos se tornaram responsáveis ​​perante seus cidadãos pela prestação de serviços.

Os processos históricos de transição do monopólio político para a competição política produziram a maioria dos governos modernos do mundo, com seus padrões distintos de gastos.

A Figura 12.10 mostra como os governos democráticos dos EUA, Coréia do Sul e Finlândia gastaram seu dinheiro em 2016.

Figura 12.10 Padrões de gasto público na Finlândia, EUA e Coréia do Sul (2016) medidos como uma porcentagem do total de gastos do governo.



OECD. 2017. [‘Government at a Glance’](https://tinyco.re/2331814). This dataset takes data from [OECD National Accounts Statistics](https://tinyco.re/9200122) and from [Eurostat government finance statistics](https://tinyco.re/4616738).

O tamanho dos gastos do governo na Finlândia é de 55,9% do seu PIB, que é o maior dos três países. Para os EUA, é de 38,2%. Nota: isso não significa que os EUA gastem menos que a Finlândia em termos absolutos, apenas que os gastos do governo são uma fração menor do PIB do país. As despesas do governo da Coréia do Sul são 32,3% de seu PIB.

Isto é o que as categorias significam:

* Serviços públicos: incluem fundos para a administração de parlamentos, congressos, conselhos locais, também ajuda externa e transações de dívida pública.
* Militar: Como afirmado anteriormente, uma das motivações do governo tem sido a proteção ou a guerra.
* Assuntos econômicos: isso inclui gastos com infraestrutura, como estradas, pontes e Internet.
* Ordem pública e segurança: isso inclui polícia, bombeiros, serviços prisionais e tribunais.
* Proteção social: Seguro social[[20]](#footnote-20) são os gastos que um governo pode fazer, como benefícios de desemprego e pensões, são rotulados como 'Proteção social' na figura.
* Escolaridade: Todos os governos são responsáveis ​​por pelo menos alguma provisão de educação.
* Saúde: Isso inclui equipamentos médicos, serviços hospitalares e ambulatoriais e saúde pública.

Existem muitas razões pelas quais os governos diferem em seus padrões de gastos. Uma razão é que as instituições políticas diferem, mesmo entre democracias.

**Exercício 12.4 Influências passadas nos atuais padrões de gastos do governo**

1. Observando a Figura 12.10, como você caracterizaria as duas maiores diferenças nos padrões de gastos entre os três pares de países (EUA vs Coréia do Sul, EUA vs Finlândia e Finlândia vs Coréia do Sul)?
2. Você consegue pensar em fatores nos países e em suas histórias que podem explicar essas diferenças? Você precisa fazer alguma pesquisa para apoiar suas reivindicações.

**Exercício 12.5 Usando o Excel: Comparando Despesas Governamentais**

Vá para a fonte da Figura 12.10, [estatísticas da OCDE](http://tinyco.re/2331814), e veja se você pode encontrar países diferentes para cada um dos critérios abaixo (para o ano de 2016 ou o ano mais recente disponível). Para cada um dos países escolhidos, plote um gráfico de colunas empilhadas semelhante à Figura 12.10.

* As despesas do governo geral (como porcentagem do PIB) são maiores que as da Coréia do Sul, mas menores que as da Finlândia.
* Os gastos do governo com saúde (como porcentagem do PIB) são maiores que os dos EUA.
* Os gastos do governo com proteção social (como porcentagem do PIB) são maiores que os da Finlândia.
* Os gastos do governo em defesa (como porcentagem do PIB) são maiores que os da Coréia do Sul.

**Um enigma: Persistência da injustiça e falhas de mercado**

É claro que mesmo os governos considerados "pequenos" em gastos em relação à sua economia - Coréia do Sul e EUA na figura acima - controlam vastos recursos econômicos que poderiam ser usados ​​na busca de eficiência e justiça. Porém, unidades anteriores revelaram muitos casos em que os resultados econômicos são ineficientes em Pareto; portanto, ganhos mútuos potenciais permanecem não realizados. Essas parecem situações potencialmente "ganha-ganha" que os envolvidos em competição política - candidatos eleitorais ou partidos políticos, por exemplo - explorariam energicamente. No entanto, os problemas persistem.

Sabemos que os cidadãos de muitos países acham que a distribuição de riqueza ou renda é injusta. Em 2005, nos EUA, por exemplo, republicanos e democratas, tanto ricos quanto pobres, quando perguntados, disseram que os 80% mais pobres da distribuição de riqueza deveriam receber pelo menos três vezes a riqueza que haviam recebido. Mais recentemente, mudanças na política tributária dos EUA favoreceram os ricos, e não os 80% inferiores. Isso é um quebra-cabeça.

**12.8 A viabilidade de políticas econômicas**

Para entender esse enigma, precisamos pensar na viabilidade das políticas que um governo possa adotar. Corrigir algum problema de ineficiência de Pareto ou injustiça percebida ocorrerá somente se:

* É economicamente viável[[21]](#footnote-21): A política para corrigir o problema, se implementada, deve funcionar.
* É administrativamente viável[[22]](#footnote-22): O governo deve ter capacidade para implementar a política.
* É politicamente viável[[23]](#footnote-23): Aqueles que determinam quais políticas são implementadas - funcionários e interesses privados - devem querer ver a política implementada e, se implementarem as políticas, eles ou outros que apoiam a política devem permanecer no cargo.

Por outro lado, abordamos esses três problemas, começando pela viabilidade econômica.

Dadas as preferências das pessoas e as informações disponíveis para os atores econômicos privados, pode não haver um conjunto viável de políticas que sustentem um resultado eficiente e justo. Para que uma política tenha viabilidade econômica, ela deve ser um equilíbrio de Nash, o que significa que nenhum ator pode melhorar sua posição mudando seu comportamento.

Na Seção 3.9, mostramos que a política de um governo de aumentar a alíquota do imposto para que os ricos possam prestar os serviços necessários a famílias de baixa renda pode ser menos eficaz do que o esperado, se as alíquotas altas fizerem com que seja econômico para os ricos na evasão fiscal.

Para dar outro exemplo, um governo que tentar impor uma concorrência perfeita em todos os setores falhará. Como as empresas são livres para anunciar e diferenciar seus produtos, é impossível ao legislador legislar que as curvas de demanda sejam horizontais.

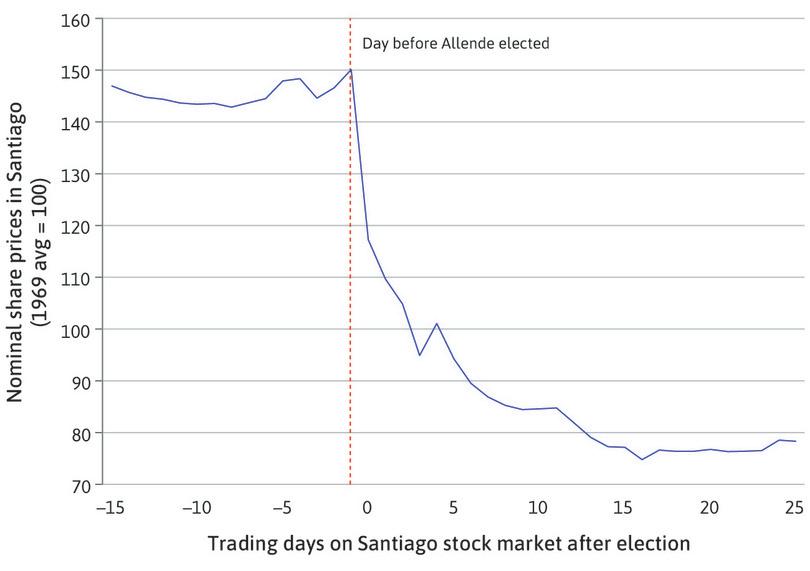
Também vimos que nenhuma política macroeconômica pode eliminar completamente o desemprego, dado que a ameaça de desemprego motiva as pessoas a trabalharem duro e bem.

**Viabilidade econômica: um exemplo do Chile**

O modelo de evasão fiscal na Unidade 3 é uma simplificação, mas nos ajuda a entender as forças econômicas reais que operam no mundo. A experiência do Chile fornece um exemplo.

Em 1970, o socialista Salvador Allende foi eleito democraticamente presidente do Chile em uma vitória surpresa, em uma plataforma que prometia maiores serviços públicos e nacionalização de muitas das empresas privadas do país.

Figura 12.11 Preços no mercado de ações no Chile: a eleição de um presidente socialista, 1970.



Dados proprietários da bolsa de Santiago. O tempo zero é o primeiro dia de negociação na bolsa de Santiago após a eleição. Daniele Girardi and Samuel Bowles. 2017. ‘Institutional Shocks and Economic Outcomes: Allende’s Election, Pinochet’s Coup and the Santiago Stock Market’, Journal of Development Economics.

Para interpretar os dados na Figura 12.11, observe a linha vertical que marca o dia antes da eleição. A série de preços das ações caiu drasticamente no dia seguinte. A queda nos preços das ações indica uma grande alienação de ações nas empresas chilenas assim que as notícias chegaram. Isso nos diz que a vitória de Allende foi uma surpresa. Se sua vitória fosse antecipada, o mercado de ações teria caído antes da eleição.

Uma ação (ou ação) é uma participação na propriedade de uma empresa; seu preço mede quanto vale pertencer a uma empresa e, como resultado, receber uma parte de seus lucros e se beneficiar no futuro com a venda para outra pessoa.

Os preços das ações aumentam quando, levando tudo em consideração, os proprietários ou potenciais compradores de ações acham que a empresa será mais lucrativa no futuro. Quando um presidente socialista foi eleito no Chile, as pessoas ricas ficaram preocupadas com:

* impostos mais altos
* políticas que favoreçam os funcionários, o que significaria pagar-lhes salários mais altos
* a possibilidade de que o governo ou mesmo os trabalhadores possam expropriar (assumir a propriedade) dos ativos de empresas privadas.

Por sua vez, essas preocupações criaram um limite para as políticas que seriam economicamente viáveis ​​para o governo de Allende. Se os ricos pensassem que as empresas que possuíam seriam menos lucrativas no futuro, não teriam incentivo para investir no aumento dos ativos da empresa. Em vez de investir nessas empresas, essas pessoas poderiam investir em outro país (conhecido como fuga de capitais), em moradias ou em outros ativos chilenos com maior probabilidade de serem valiosos no futuro.

O resultado foi um fraco desempenho econômico da economia chilena. Voltaremos à história do Chile um pouco mais tarde, quando veremos que os interesses políticos e a inviabilidade econômica podem limitar o que um governo eleito democraticamente pode fazer.

**Pergunta 12.7 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

O que se entende por viabilidade econômica?

Políticas que resolvem o problema devem ser possíveis de serem implementadas na prática.

Para que uma política tenha viabilidade econômica, ela deve produzir um equilíbrio de Nash e sustentar um resultado justo e eficiente.

Políticas que resolveriam o problema e são politicamente aceitáveis.

Deve ser capaz de melhorar alguém sem piorar ninguém.

**12.9 Viabilidade administrativa: informações e capacidades**

Mesmo que exista um conjunto de políticas economicamente viáveis ​​que resolvam falhas do mercado, para projetar e implementar essas políticas, o governo precisa:

* informações sobre a natureza dos efeitos externos não compensados ​​que representam a falha de mercado
* a capacidade administrativa e fiscal[[24]](#footnote-24) para projetar e implementar políticas eficazes.

Como vimos, a mágica do mercado significa que, desde que os preços reflitam custos marginais sociais, as informações necessárias para direcionar recursos para usos mais valorizados do que menos valorizados surgem como subproduto das transações diárias das pessoas.

Compare isso com o caso de um cidadão tentando obter um remédio nos tribunais por uma falha no mercado ambiental. Se o cidadão que sofre de uma doença respiratória puder instaurar uma ação contra a empresa poluidora que a causou e garantir uma compensação pelos custos de sua doença, isso poderá "internalizar" os custos externos das ações do poluidor, levando a esforços de redução mais efetivos . Mas, na maioria dos casos, isso não pode ser feito porque o cidadão não possui as informações necessárias sobre quem está poluindo ou não pode arcar com os custos legais e outros de perseguir o caso.

**Os governos têm informações limitadas**

Falhas de mercado surgem porque informações essenciais não estão disponíveis para compradores, vendedores e outros atores econômicos privados. Mas também não é provável que esta informação esteja disponível para o governo, limitando sua capacidade de elaborar políticas que abordem falhas de mercado ambiental. Os governos geralmente não sabem o quanto os cidadãos valorizam a qualidade ambiental, ou quão eficazes serão as políticas ambientais para garantir um ambiente sustentável. Se os preços estão enviando as mensagens erradas e se o governo deve corrigi-las através da implementação de impostos, subsídios ou regulamentação, ele deve encontrar maneiras de coletar as informações necessárias para planejar essas intervenções.

Informações limitadas não são o único fator que limita a viabilidade administrativa[[25]](#footnote-25) de políticas para remediar falhas do mercado.

**Capacidades fiscais limitadas**

Para cobrar impostos com eficiência e cobrar a receita, os governos precisam de oficiais de receita que sejam competentes, não corruptos, com recursos suficientes para encontrar e punir sonegadores de impostos e com legitimidade suficiente para garantir que a maioria das pessoas pague seus impostos.

A capacidade administrativa é necessária para muitos tipos diferentes de impostos, desde tarifas comerciais aplicadas na fronteira, impostos sobre a folha de pagamento cobrados sobre os salários e impostos sobre a renda das empresas cobrados por entidades econômicas legalmente constituídas. O uso de livros contábeis em grandes empresas facilita a auditoria de empresas e a avaliação precisa de suas notas fiscais. Mas isso também depende da tecnologia e instituições disponíveis. Os fluxos internacionais de obrigações financeiras difíceis de rastrear tornam a sonegação ilegal e a evasão legal (por exemplo, movendo lucros para paraísos fiscais internacionais), um problema para os governos que desejam cobrar impostos. Isso diminui sua capacidade fiscal[[26]](#footnote-26).

A falta de capacidade administrativa afeta todos os aspectos do governo, não apenas os impostos. Uma reforma educacional, por exemplo, exigindo que os professores abandonem os métodos de aprendizado por rotina e se envolvam em um aprendizado mais ativo, centrado no aluno, pode ser simplesmente impossível de implementar, dadas as habilidades da atual força de ensino.

**Como os economistas aprendem com os dados**

**Inviabilidade administrativa: uma aplicação da Nigéria**

A falta de informações sobre o progresso dos projetos de infraestrutura financiados pelo governo e uma administração corrupta e com mau funcionamento resultaram em resultados ruins na Nigéria.

Em 2006-2007, o setor público recebeu financiamento e ficou responsável pela implementação de 4.700 projetos de infraestrutura de pequena escala, como instalação de poços de água, construção de barragens e construção de centros de saúde. Apenas 31% dos projetos foram concluídos e 38% nem foram iniciados. Por exemplo, o financiamento foi pago por 1.348 poços de água, mas 846 nunca foram concluídos, deixando centenas de milhares de pessoas sem acesso aprimorado à água.

Os economistas Imran Rasul e Daniel Rogger queriam descobrir por que algumas organizações conseguiram concluir os projetos dentro do cronograma e orçamento, enquanto outras não. Eles poderiam fazer sua pesquisa porque o governo nigeriano havia coletado informações de equipes independentes de engenheiros sobre a quantidade e a qualidade dos projetos concluídos. Informações precisas desse tipo de observadores independentes são muito raras para um país de baixa renda[[27]](#footnote-27).

Rasul e Rogger descobriram que "fazer as coisas" pelas organizações do setor público é afetado pela maneira como as organizações são gerenciadas. Eles ficaram surpresos ao descobrir que o uso de incentivos de desempenho, com os quais os gerentes eram recompensados pelo bom desempenho medido pela organização (não por avaliadores independentes), estava correlacionado com taxas de conclusão mais baixas. Nas organizações em que os funcionários tinham maior autonomia na tomada de decisões - não em resposta aos incentivos de desempenho - os resultados eram melhores.

Embora os incentivos financeiros possam desempenhar um papel positivo na motivação de funcionários do governo, o caso nigeriano mostra que, se for difícil coletar e verificar informações, tentar anexar simples incentivos de desempenho a tarefas complexas pode sair pela culatra. Se houver informações precárias, talvez seja melhor dar maior autonomia às organizações. Nesse caso, os funcionários com autonomia observaram normas sociais de responsabilidade e as taxas de conclusão foram maiores.

**12.10 Viabilidade política**

Numa democracia, costuma-se dizer que, idealmente, o governo é o servo do povo. Em termos econômicos, os funcionários do governo são os agentes e os cidadãos são os principais. Mas isso imediatamente levanta duas questões:

* Por que o agente (o funcionário eleito) faria o que os diretores (os cidadãos) desejam? Como em qualquer relacionamento principal-agente[[28]](#footnote-28), o agente tem seus próprios objetivos e eles diferem dos objetivos do principal. Vimos que, embora a competição política possa ajudar, o problema não desaparece em uma democracia.
* Quem são as pessoas'? Em termos econômicos, quem é (ou é) o principal (s)? Até agora, o principal era o credor ou o empregador, o que poderíamos simplificar representando como um único indivíduo. Mas existem muitos cidadãos-diretores e eles têm prioridades diferentes para o que o governo deve fazer, por exemplo, redução da poluição, melhoria das escolas, políticas para impulsionar a inovação, transferências financiadas por impostos para os pobres e assim por diante.

Pense no primeiro problema - motivar o funcionário eleito a fazer o que os cidadãos preferem - como um problema de agente principal, como o empregador tentando motivar um trabalhador a contribuir para os lucros da empresa. Quais são as soluções possíveis quando o gerente tenta motivar os trabalhadores? O gerente pode:

* Pagar uma renda econômica ao agente: ela temerá perdê-la se fizer um trabalho insatisfatório.
* Monitorar a atividade de trabalho do funcionário: Para detectar sinais de trabalho inadequado.
* Substituir o trabalhador por outro trabalhador: Se o trabalho for considerado insatisfatório.

Em uma democracia, os funcionários eleitos são responsabilizados perante o eleitorado por um conjunto semelhante de estratégias:

* Dar ao funcionário salário, prestígio e outras facilidades de escritório suficientes: o funcionário então gostaria de manter o emprego.
* Monitorar as atividades do governo: determine a qualidade do desempenho do governo usando os princípios legais de transparência e revisão judicial, juntamente com a imprensa e a liberdade de expressão.
* Realizar eleições periódicas: um governo que não teve um bom desempenho aos olhos dos cidadãos é substituído por um conjunto diferente de líderes políticos.

Mas esses métodos - enquanto componentes essenciais de uma sociedade democrática - às vezes funcionam de maneira imperfeita, se é que o fazem. Existem muitas razões. Mas um é que cidadãos ou grupos que podem acumular riqueza substancial com a finalidade de influenciar o governo têm extraordinária influência política, mesmo em uma democracia.

As elites e os grupos organizados parecem ter muito mais influência nas políticas do que os cidadãos comuns: Martin Gilens and Benjamin I. Page. 2014. [‘Testing theories of American politics: Elites, interest groups, and average citizens’](https://tinyco.re/7911085). Perspectives on Politics 12 (03): pp. 564–81.

**Como economistas (e cientistas políticos) aprendem com dados**

**O dinheiro fala?**

Nos EUA, as pessoas costumam dizer 'conversas sobre dinheiro'. Muitos estão preocupados com o fato de falar particularmente alto quando se trata de política.

Para alguns, é óbvio que, quando um candidato a um cargo político recebe uma grande contribuição de sua empresa ou de um sindicato para sua campanha eleitoral, é mais provável que o candidato use o poder político para influenciar a política em favor do colaborador.

Pesquisa de Joshua Kalla e David Broockman, dois cientistas políticos, mostra que as campanhas eleitorais para o congresso dos EUA em 2012 gastaram, em média, US $ 8,5 milhões por assento no congresso. Mas os vencedores forneceram favores aos doadores que não teriam ocorrido sem as contribuições dos doadores? Poderíamos perguntar se os membros do congresso que receberam contribuições daqueles com investimentos na indústria de petróleo tenderam a favorecer os interesses dessas empresas posteriormente. Ou aqueles que receberam fundos de membros de sindicatos apoiaram uma agenda que favoreceu os interesses do sindicato? A resposta em ambos os casos seria que eles fizeram[[29]](#footnote-29).

Mas isso não demonstra que as contribuições dos doadores adquiriram influência sobre o legislador. Lembre-se, a causação pode funcionar nos dois sentidos; aqueles com riqueza em petróleo provavelmente doarão para candidatos que já são favoráveis ​​aos interesses desse setor; os membros do sindicato doarão dinheiro para aqueles que já apoiam os interesses dos sindicatos. Simplesmente mostrar uma correlação entre a fonte do financiamento e as políticas apoiadas pelo legislador não mostra que as contribuições levaram o legislador a agir de maneira diferente.

Kalla e Broockman projetaram um experimento inteligente para ver se a doação fazia com que o membro do congresso se comportasse no interesse do doador. Eles argumentaram que os cidadãos poderiam influenciar os legisladores se encontrando com eles e expressando suas opiniões. Os membros do congresso são pessoas ocupadas; portanto, obter acesso a eles para uma reunião é algo pelo qual os grupos competem.

Parece que a democracia por si só não pode reverter o aumento da desigualdade: Adam Bonica, Nolan McCarty, Keith T. Poole, and Howard Rosenthal. 2013. [‘Why hasn’t democracy slowed rising inequality?’](https://tinyco.re/5838764) The Journal of Economic Perspectives 27 (3): pp. 103–23.

Kalla e Broockman queriam descobrir se aqueles que doavam dinheiro a um membro do congresso tinham maior probabilidade de receber uma reunião. Com a cooperação de um grupo de interesse (real) da Credo Action, eles entraram em contato com 191 membros do congresso para solicitar uma reunião. Todos os constituintes que fizeram essa solicitação contribuíram com alguns fundos para a campanha do membro. O grupo controle, escolhido aleatoriamente, e metade da amostra total, disse apenas que eles eram residentes do distrito do membro. O grupo de tratamento também se identificou como doador. Todos os chamadores de ambos os grupos leem de um script, portanto, os pedidos de reunião eram idênticos.

Entre os que não foram identificados como doadores, 2,4% ganharam uma reunião com o membro do congresso ou o chefe de gabinete. Para os identificados como doadores, 12,5% compareceram.

Os autores concluíram: "A grande maioria dos americanos que não podem se dar ao luxo de contribuir com campanhas em quantidades significativas está em desvantagem ao tentar expressar suas preocupações aos formuladores de políticas".

**Viabilidade política: a história do Chile continuação**

O que aconteceu após a eleição de Allende no Chile, em 1970, conta uma história não apenas de limites econômicos para políticas viáveis, mas também de limites políticos.

Em meio a um desempenho econômico vacilante, devido em parte a potenciais investidores que retinham investimentos no Chile, a oposição ao governo do presidente Allende se organizou, algumas delas apoiadas em segredo pelo governo dos EUA. Em 1973, as forças armadas chilenas atacaram o palácio presidencial, derrotando tropas leais a Allende. Eles assumiram o governo, pondo fim à democracia e substituindo Allende pelo general Augusto Pinochet, que governou como ditador - sem as restrições democráticas das eleições e dos direitos políticos individuais - pelos próximos 17 anos.

Figura 12.12 Preços do mercado de ações no Chile: a derrubada militar do governo socialista, 1973.



Dados proprietários da bolsa de Santiago. O tempo zero é o primeiro dia de negociação na bolsa de Santiago após a eleição. Daniele Girardi and Samuel Bowles. 2017. ‘Institutional Shocks and Economic Outcomes: Allende’s Election, Pinochet’s Coup and the Santiago Stock Market’. Journal of Development Economics.

Os ricos previram que Pinochet introduziria políticas pró-negócios, de modo que os preços das ações subiram novamente (Figura 12.12). A ditadura de Pinochet permaneceria até que um referendo constitucional em 1988 exigisse um retorno à democracia, que as forças armadas respeitavam.

O programa econômico de Allende era inviável por dois motivos:

* Era economicamente inviável: ele não podia forçar empresas privadas a investir no Chile e, sem o investimento delas, a economia estagnaria ou até encolheria.
* Era politicamente inviável: embora eleito democraticamente, ele não controlava as forças armadas chilenas que, com o apoio de empresas e da Agência Central de Inteligência dos EUA, se voltaram contra ele.

**12.11 Questões políticas**

Nesta unidade, você aprendeu que, para uma política melhorar um resultado, ela deve alterar o atual equilíbrio de Nash para um equilíbrio diferente e preferível (viabilidade econômica). E também deve ser favorecido por uma elite governante com autoridade e capacidade para implementá-la (viabilidade política e administrativa).

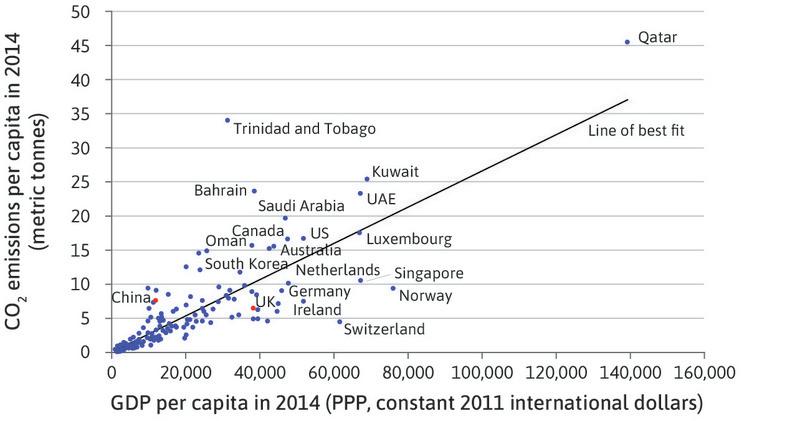
Os limites impostos por interesses especiais, bem como a viabilidade econômica e administrativa, explicam por que os governos geralmente não resolvem com êxito os problemas de falha de mercado e injustiça que encontramos ao longo deste curso. Olhando para as diferentes economias do mundo, no entanto, você vê diferenças substanciais na medida em que esses problemas são efetivamente abordados. Como resultado, os limites impostos pela viabilidade econômica, política e administrativa diferem substancialmente entre os países.

**As políticas diferem entre países**

Para ver isso, voltamos ao problema das mudanças climáticas introduzido na Seção 2.13. Na Figura 12.13, podemos ver que a Alemanha, a Austrália e os EUA têm aproximadamente igual renda per capita. Se todos eles enfrentassem restrições semelhantes de viabilidade econômica, administrativa e política na adoção de políticas para limitar os impactos dos gases de efeito estufa no clima, poderíamos esperar ver sua similaridade na renda igualada pela similaridade nas emissões de CO2 per capita.

Mas isso não é o que vemos na figura. Os EUA e a Austrália emitem cerca de duas vezes mais per capita que a Alemanha. Parece provável que o que é economicamente viável possa não diferir muito nesses três países, pois todos compartilham o mesmo conhecimento sobre tecnologias, e seus cidadãos provavelmente responderão de maneira semelhante aos incentivos para a adoção de fontes de energia mais limpas. As informações e capacidades do governo nos três países também são semelhantes - todos têm governos bem informados e capazes.

Figura 12.13 As emissões de dióxido de carbono são maiores nos países mais ricos, mas os países com o mesmo nível de renda diferem muito no quanto emitem.



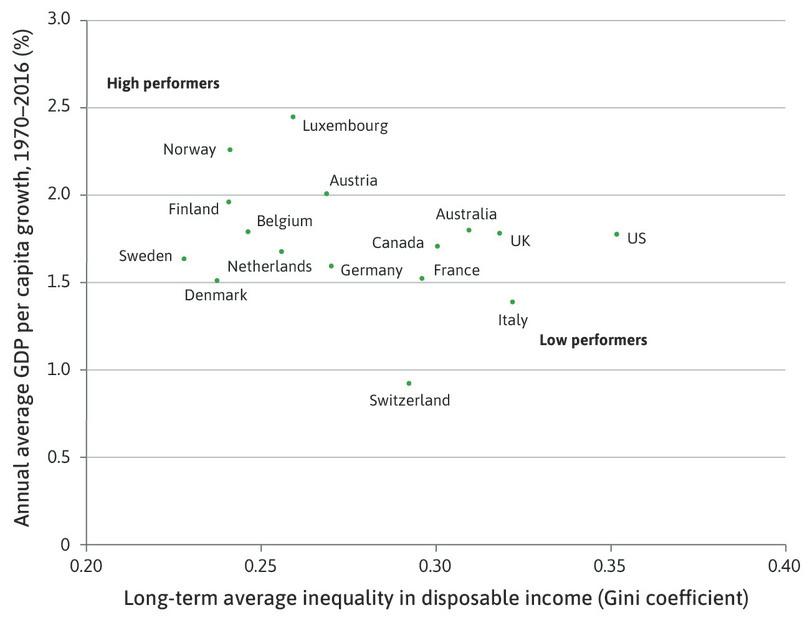
The World Bank. 2018. [‘World Development Indicators.’](https://tinyco.re/2105434); Maddison Project Database, version 2018. Bolt, Jutta, Robert Inklaar, Herman de Jong, and Jan Luiten van Zanden (2018), “Rebasing ‘Maddison’: new income comparisons and the shape of long-run economic development”, [Maddison Project Working paper 10](https://tinyco.re/8062169).

Embora as emissões de dióxido de carbono sejam afetadas pela estrutura industrial e pela especialização comercial, elas também são afetadas pelo que é desejado pelas elites, que têm influência política. As políticas para lidar com as mudanças climáticas têm maior probabilidade de ter apoio político na Alemanha do que na Austrália e nos EUA. Uma razão para essa diferença é a importância nas políticas americanas e australianas de lobbies que representam as indústrias de recursos naturais, incluindo os produtores de gás, petróleo e carvão.

Um contraste semelhante aparece quando olhamos para a desigualdade, mostrada na Figura 12.14. A Alemanha e os EUA experimentaram a mesma taxa de crescimento do PIB per capita nas últimas quatro décadas, mas diferem acentuadamente na desigualdade dos padrões de vida, como pode ser visto pelo coeficiente de Gini, muito mais alto, para a renda disponível nos EUA. A comparação para a medida da desigualdade intergeracional é semelhante. Dinamarca, Suécia e Finlândia são mais iguais nessa medida do que na Alemanha.

Muitas coisas podem explicar essas diferenças. São, pelo menos em parte, devido à maior influência política na Alemanha do que nos EUA, daqueles que valorizam a manutenção de um padrão de vida mais alto para os menos favorecidos.

Figura 12.14 Maior igualdade na renda disponível não está associada ao crescimento mais lento da renda média.



Chen Wang and Koen Caminada. 2011. [‘Leiden Budget Incidence Fiscal Redistribution Dataset’](https://tinyco.re/9338721). Version 1. Leiden Department of Economics Research.

O que podemos aprender com as comparações na Figura 12.14, mostrando que os países de alta renda com um crescimento semelhante no PIB per capita não têm necessariamente níveis semelhantes de desigualdade.

**Lições das experiências de países**

Uma lição, se desejarmos abordar problemas como mudanças climáticas e desigualdades injustas nos padrões de vida, é que, para a maioria dos países, é possível fazer muito mais do que o que está sendo feito atualmente. As forças fundamentais que contribuem para a desigualdade nos países de alta renda - novas tecnologias e importações crescentes (da China, por exemplo) que tornam redundantes as habilidades dos trabalhadores mal remunerados - não diferem muito entre os países de alta renda na Figura 12.14. As diferenças parecem ser uma questão de escolha entre um conjunto semelhante de políticas que é econômica e administrativamente viável, alguns países optando por políticas que sustentam altos níveis de desigualdade e outros buscando o objetivo de maior igualdade.

Também temos muito a aprender com os melhores desempenhos nessas e em outras figuras semelhantes, estudando as políticas e instituições que parecem ser responsáveis ​​por seu sucesso no tratamento de falhas e injustiças do mercado e na prestação de serviços públicos.

Por exemplo, alguns países têm sistemas escolares que ensinam com muito mais eficácia do que outros. Como as políticas educacionais diferem muito entre os países, podemos ter uma ideia da importância de uma boa política observando as diferenças entre os países no desempenho em um teste de matemática aplicado a estudantes de 15 anos de idade em todo o mundo.

Usando os dados da OCDE, vamos comparar dois países etnicamente diversos e com a mesma renda per capita: os EUA e Cingapura. A pontuação média em matemática em Cingapura foi 20% maior que nos EUA. Ainda mais impressionante, o aluno cuja pontuação os colocou no meio dos estudantes dos EUA (o aluno com a pontuação média) estaria no quarto inferior dos estudantes de Cingapura. Uma comparação semelhante colocaria o estudante americano médio no quarto inferior dos estudantes japoneses e logo acima do quarto inferior dos estudantes da Finlândia.

Nem todas as políticas e instituições eficazes em um país podem ser transferidas para outro. Por exemplo, uma comparação entre os sistemas de inovação no Vale do Silício e na Alemanha na Seção 21.2 da Economia mostra como diferentes combinações de empresas inovadoras, políticas governamentais, instituições financeiras e normas sociais nessas duas regiões produzem soluções eficazes para as falhas de mercado associadas com produção de conhecimento. Nenhum deles seria facilmente adotado no outro país.

Você pode acessar os dados de um teste no [Programa de Avaliação Internacional de Estudantes da OCDE](https://tinyco.re/1018246).

**12.12 O impacto distributivo das políticas públicas: educação infantil**

Harold Lasswell, um proeminente cientista político americano do século XX, é mais conhecido por seu livro, Política: Quem recebe o quê, quando e como. O título captura um ponto básico desta unidade. Política tem tudo a ver:

* Quem recebe o quê?
* Quem chega a ser o que?
* Quem consegue fazer o que?

A razão é que os processos políticos determinam as regras do jogo - as instituições básicas que governam como interagimos na economia e em outras arenas da nossa sociedade[[30]](#footnote-30).

Mas a política não é simplesmente dividir uma torta, com os poderosos recebendo a fatia maior e a luta pelo poder, às vezes resultando em uma torta menor. Políticas governamentais bem projetadas também são capazes de aumentar o tamanho da torta, melhorando os padrões de vida da grande maioria das pessoas. Exemplos que você já viu incluem as políticas econômicas do governo da China, que desde a década de 1980 resultaram na erradicação mais rápida da pobreza em larga escala já testemunhada na história. Outro exemplo foram as políticas de água potável e saneamento que estavam por trás da redução global da mortalidade infantil.

**Escolaridade e desigualdade**

Em nosso vídeo "[Economista em ação](https://youtu.be/X83gk4PvIRc)", James Heckman, economista da Universidade de Chicago e líder nesta pesquisa, explora a questão de como a experiência escolar e pré-escolar afeta a desigualdade.

A pesquisa econômica explorou a questão de como a experiência escolar e pré-escolar afeta a desigualdade. Em nosso vídeo "[Economista em ação](https://youtu.be/X83gk4PvIRc)", James Heckman mostra como economistas podem aprender com experimentos e outros dados sobre como nivelar o campo de jogo para crianças que crescem pobres. Você também pode ler o livro Dando às crianças uma chance justa.

A pesquisa econômica explorou a questão de como a experiência escolar e pré-escolar afeta a desigualdade. Em nosso vídeo "Economist in action", James Heckman mostra como economistas podem aprender com experimentos e outros dados sobre como nivelar o campo de jogo para crianças que crescem pobres. Você também pode ler o livro Dando às crianças uma chance justa[[31]](#footnote-31).

Seu livro começa observando que: o acidente de nascimento é a principal fonte de desigualdade na América hoje. A sociedade americana está se dividindo em qualificada e não qualificada ... o nascimento está se tornando o destino. 'A "estratégia que funciona" de Heckman para resolver esse problema é baseada na seguinte lógica: "As habilidades cognitivas e socioemocionais se desenvolvem na primeira infância e seu desenvolvimento depende do ambiente familiar." Crescer pobre priva as crianças de oportunidades de desenvolver essas habilidades e 'ambientes familiares nos EUA se deterioraram'.

Em resposta, Heckman defende 'intervenções precoces', como ambientes pré-escolares enriquecidos e visitas domiciliares de profissionais para ajudar os pais, o que sua pesquisa mostra que pode 'produzir efeitos positivos e duradouros em crianças de famílias desfavorecidas'.

Políticas do tipo preconizado por Heckman estão sendo implementadas em vários países, incluindo Colômbia, Jamaica, Chile e no estado de Orissa, na Índia. [Equipes de economistas e especialistas em desenvolvimento infantil](https://tinyco.re/2744426) estão avaliando-os rigorosamente quanto a seus efeitos a longo prazo e para avaliar a viabilidade de ampliá-los a partir de pequenas intervenções-piloto.

Sabemos que os filhos de pais pobres geralmente crescem e se tornam pobres. Agora sabemos também que isso tem pouco a ver com genética e mais com a situação socioemocional que pais e filhos pobres experimentam. Agora sabemos e os governos podem implementar remédios eficazes para quebrar esse ciclo de pobreza.

**Pergunta 12.8 Escolha a (s) resposta (s) correta (s)**

Assista ao vídeo "[Economista em ação](https://tinyco.re/3964341)" de James Heckman. Segundo Heckman, quais dos seguintes atributos individuais NÃO estão entre os motivos da pobreza persistente em uma família de geração em geração?

QI herdado

escolaridade limitada

raça

comportamento social

**12.13 Aulas gratuitas no ensino superior: podem ser justas para não-estudantes?**

Quando uma pessoa entra na força de trabalho, a educação - sua qualidade, quantidade e conteúdo - é um legado[[32]](#footnote-32) que afeta tanto o salário quanto os tipos de bens e serviços e as possíveis inovações que os cidadãos de uma nação podem desfrutar. Os governos reservam receitas tributárias para financiar o ensino superior por razões de eficiência e justiça.

Tomando a eficiência primeiro, sem o apoio do governo, as pessoas teriam que pagar pelos custos de seus próprios estudos (ou dos filhos), e isso resultaria em menos educação superior do que os economistas pensam que seria desejável por dois motivos relacionados à eficiência:

* Benefícios externos da educação: Os benefícios de uma educação superior são privados - acumulados para a pessoa que recebe a educação - e públicos - acumulados para as pessoas com quem ela trabalha, vizinhos, amigos e outras pessoas (esses benefícios externos são semelhantes aos estudados). na unidade 11). Devido aos benefícios externos do ensino superior, os indivíduos que agem por seu próprio interesse não "compram" educação suficiente na ausência de políticas governamentais para reduzir as taxas universitárias ou apoiar bolsas de estudo.
* Restrições de crédito: também é eficiente para os governos apoiarem o ensino superior, porque algumas famílias não têm recursos e não podem emprestar o suficiente para apoiar os estudos universitários de seus filhos, mesmo nos casos em que os benefícios privados excedem os custos privados. Esse problema surge porque, como vimos na Unidade 9, existe um conflito de interesses entre o mutuário (o aluno nesse caso) e o credor (um banco) porque o banco não pode ter certeza de que o aluno reembolsará o empréstimo posteriormente. Uma solução seria o estudante fornecer garantias, mas, diferentemente do caso de um empréstimo hipotecário para a compra de uma casa ou veículo, no qual a casa ou o carro são a garantia, não há garantia vendável para um empréstimo de estudante, caso o empréstimo está inadimplente.

**Exercício 12.6 Soluções para o problema de restrições de crédito**

O "ativo" adquirido ao frequentar uma universidade é o conhecimento de uma pessoa, habilidades de resolução de problemas, contatos, obtidos como resultado do ensino superior. Duas maneiras de transformar esse ativo em garantia (como em um empréstimo de carro ou hipoteca residencial) são descritas abaixo. Compare e avalie essas soluções para o problema de restrições de crédito do ponto de vista de eficiência e justiça.

1. Uma solução proposta para o problema das restrições de crédito é que uma empresa ou outra organização possa selecionar alunos promissores do ensino médio e oferecer o pagamento de todo o custo do ensino superior (o programa de graduação escolhido pela empresa) em troca do acordo do aluno em trabalhar para empresa por dez anos, nos termos determinados pela empresa.
2. Durante o século XIX, muitos europeus que desejavam se mudar para a América do Norte, sem fundos e sem empréstimos para pagar a viagem transatlântica concordaram com o que é conhecido como contrato de servidão contratado. O possível empregador norte-americano pagaria a viagem e, em troca, a pessoa seria obrigada a trabalhar para o empregador, talvez por muitos anos.

Questões de justiça surgem porque muitas pessoas consideram a educação um bem de mérito, a saber, uma que deve estar disponível para todos, independentemente de sua capacidade de pagamento.

Em resposta ao fato de que o cumprimento de dois objetivos - justiça e eficiência - exige algum tipo de apoio do governo, os métodos de financiamento do ensino superior variam muito em todo o mundo. Por exemplo:

* Sem taxas: em muitos países europeus, o ensino superior é financiado pelo governo e os estudantes não pagam taxas (ou uma taxa muito baixa).
* Taxas altas: em outras, os estudantes (ou suas famílias) pagam uma fração substancial do custo de uma educação universitária.

Onde as taxas dos estudantes são altas, algumas famílias podem pagar. Estudantes de outras famílias tomam empréstimos para esse fim.

* Nos EUA ou na Tailândia (e outros): Os empréstimos são pagos da mesma forma que uma hipoteca de uma casa seria paga.
* Na Austrália e no Reino Unido (e outros): a quantia que o aluno paga depende de quanto ganha. Os graduados em empregos bem remunerados pagam a quantia total emprestada, mas aqueles com baixa renda pagam apenas uma parte da quantia emprestada, ou mesmo nenhuma. Esses são chamados de empréstimos 'contingentes de renda'.
* No passado: no Reino Unido e nos EUA, por exemplo, quando o ensino superior era totalmente privado, e praticamente todos os alunos eram de famílias ricas que pagavam suas propinas, e também pagavam as taxas de uma escola cara, que era efetivamente um pré-requisito para admissão.

Vamos pensar sobre essas cinco maneiras de financiar o ensino superior do ponto de vista de eficiência e justiça (resumidas na Figura 12.15 abaixo).

1. O financiamento inteiramente privado do ensino superior pelas famílias dos estudantes: isso agora é considerado injusto. Ele viola princípios elementares de igualdade de oportunidades e educação como um bem de mérito. Como, como resultado, os filhos dos mais bem pagos e com boa educação também tendem a ser altamente remunerados e com boa educação, contribuem para a perpetuação das diferenças de renda entre as famílias, de geração em geração. É ineficiente porque restringe a educação de alta qualidade a um pequeno grupo, que nem todos são capazes de se beneficiar, enquanto nega o ensino superior às crianças talentosas dos menos favorecidos.
2. A opção gratuita: trata da ineficiência de 'pouca educação' da opção de financiamento totalmente privado, removendo os custos privados de participação. Mas vai para o outro extremo: motivar até aqueles que esperam se beneficiar muito pouco do ensino superior a frequentar, a um custo considerável para os contribuintes. Além disso, muitos consideram essa opção injusta, porque os estudantes matriculados no ensino superior tendem a vir de famílias com renda muito maior do que aquelas sem filhos na universidade, portanto, a opção gratuita é um serviço público gratuito usado desproporcionalmente pelos alunos. fora das pessoas.
3. Ensino superior financiado por crédito privado: essa é uma opção, mas nunca foi uma das principais fontes de financiamento. O motivo é que, diferentemente do empréstimo para comprar uma casa ou um carro, o mutuário não adquire um ativo que pode ser usado como garantia (assegurando o credor contra perdas se o mutuário não puder pagar). O ativo adquirido são as habilidades incorporadas na própria pessoa e (porque a escravidão é ilegal) essa pessoa não pode transferir a propriedade de si mesma para o credor (consulte o Exercício 12.6 para obter mais detalhes).
4. Uma opção de empréstimo para estudantes apoiada pelo governo e com reembolso dependente de renda: disponibilizando empréstimos para famílias que, de outra forma, seriam excluídas do empréstimo de fundos suficientes, isso aumenta as oportunidades educacionais para os menos favorecidos. Como o reembolso depende (é "contingente") da renda que o aluno obtém posteriormente, também trata de duas deficiências nos empréstimos para estudantes. A primeira é que a renda de um ex-aluno pode variar de ano para ano, dificultando o pagamento durante períodos de baixa renda (ou desemprego).

[Para ver por que muitos decidiram que não é justo financiar o custo total do ensino superior com impostos gerais, assista ao vídeo do economista Nick Barr, da LSE: "Por que a universidade não é gratuita"](https://tinyco.re/8500075)

A segunda falha é que a obrigação de pagar uma quantia fixa incondicionalmente também leva os alunos a se formar em matérias que eles pensam que permitirão uma alta renda confiável, em vez de estudar as matérias de que gostam ou nas quais são mais talentosas. Isso resulta em uma incompatibilidade entre os recursos educacionais dedicados a, digamos, um ensino de engenharia, e os estudantes que se inscreveram em estudos de engenharia, que podem ter sido mais adequados para o estudo de assuntos associados a empregos menos bem remunerados, como idioma ou idioma. ensino primário.

Aqueles que tomam empréstimos contingentes de renda são protegidos dos piores choques de renda, uma vez que existe uma proporção máxima da renda de um devedor que deve ser paga em qualquer ano. Na Austrália e na Inglaterra, por exemplo, isso é de 8% e 9%, então há um seguro contra dificuldades e inadimplência. E como o valor pago depende da sua renda, o aluno não é tendencioso a se formar em matérias com alta renda. Na prática, nenhum tipo de sistema de empréstimos cobre o custo total do ensino superior e a lacuna é preenchida por uma combinação de tributação geral e renda de doações de universidades privadas.

1. Aulas gratuitas com um imposto contingente de renda para os graduados: esta é uma proposta segundo a qual a universidade seria gratuita, mas os estudantes teriam uma obrigação tributária (mais tarde na vida), cujas receitas totais financiariam o ensino superior (total ou mais plausivelmente parcialmente). Assim como nos empréstimos contingentes de renda, o valor do imposto pago dependeria dos rendimentos auferidos. Um efeito seria reduzir a pressão que os alunos sentem para estudar 'assuntos de alto rendimento' para poder pagar seus empréstimos (assuntos de baixo salário levariam a empregos com taxas mais baixas de pós-graduação).

O autor do CORE, [Antonio Cabrales](https://tinyco.re/9545692), investiga com colegas como um sistema de empréstimos com contingência de renda funcionaria na Espanha, onde o mercado de trabalho para jovens universitários funciona mal.

Figura 12.15 Financiamento do ensino superior.

| **‎Política‎** | **‎Eficiência‎** | **‎Justiça‎** |
| --- | --- | --- |
| ‎Universidades privadas financiadas pelos pagamentos das famílias dos estudantes‎ | ‎Pouca educação‎ | ‎Perpetua a desigualdade injusta (herança dos pais)‎ |
| ‎Universidades livres financiadas por tributação geral‎ | ‎Demasiada educação‎ | ‎Injusto: oferece um serviço público gratuito para famílias ricas‎ |
| ‎Universidades privadas como acima, mas com estudantes (e famílias) que tomam empréstimos para pagar‎ | ‎Pouca educação (restrições de crédito)‎ | ‎Injusto: pais ou estudantes que não têm riqueza não podem emprestar.‎ |
| ‎Empréstimos do governo contingente de renda para estudantes‎ | ‎Depende do projeto‎ | ‎Depende do projeto‎ |
| ‎Taxa de matrícula gratuita com imposto de renda contingente‎ | ‎Depende do projeto‎ | ‎Depende do projeto‎ |

Empréstimos contingentes de renda ou mensalidades gratuitas com uma obrigação tributária contingente de renda são capazes de resolver a maioria das deficiências de outros sistemas, dependendo de como elas são projetadas. Por exemplo, suponha que os formuladores de políticas ou o eleitorado desejassem promover agressivamente o acesso igual ao ensino superior sem expandir a quantidade de recursos públicos utilizados. Eles poderiam implementar a opção de ensino gratuito com um imposto de pós-graduação contingente de renda acentuadamente graduado. Aqueles que recebem altas rendas após a graduação pagam mais do que o custo da educação, enquanto aqueles com rendas baixas pagam muito pouco.

**12.14 O impacto distributivo das políticas públicas: controle de aluguel**

Outra política que é frequentemente defendida com base na justiça é o controle de aluguel. O controle de aluguel é uma limitação juridicamente vinculativa dos aluguéis que os proprietários podem cobrar aos inquilinos. Os proprietários (proprietários de casas alugadas) são geralmente muito mais ricos do que as pessoas para quem alugam. O controle do aluguel é defendido como uma maneira de redistribuir a renda dos proprietários para os inquilinos. A moradia adequada também é considerada por muitos como um bem de mérito, disponível para todos, independentemente de sua renda, fornecendo um segundo motivo comumente proposto em apoio ao controle de aluguel.

As leis de controle de aluguel são comuns em algumas das principais cidades dos EUA, incluindo Los Angeles, São Francisco, Nova York e Washington DC. O controle de aluguel normalmente inclui restrições às condições sob as quais um proprietário pode despejar um inquilino.

Em sua lógica econômica, o controle da renda é semelhante ao salário mínimo: busca melhorar as condições econômicas de pessoas menos favorecidas (locatários, trabalhadores com baixos salários) impondo um preço (uma renda mais baixa, um salário mais alto) favorável aos seus interesses.

Você pode encontrar uma análise do salário mínimo, juntamente com o vídeo "[Economista em ação](https://tinyco.re/3737648)", de um dos principais pesquisadores dessa área na Unidade 19 do livro A Economia.

**O mercado imobiliário de aluguel: excedente dos locatários e excedente dos proprietários**

Podemos usar o modelo de oferta e demanda para estudar o impacto do controle de aluguel. Lembre-se de que na Unidade 7 o modelo do mercado de pão nos permitiu identificar dois componentes dos ganhos do comércio:

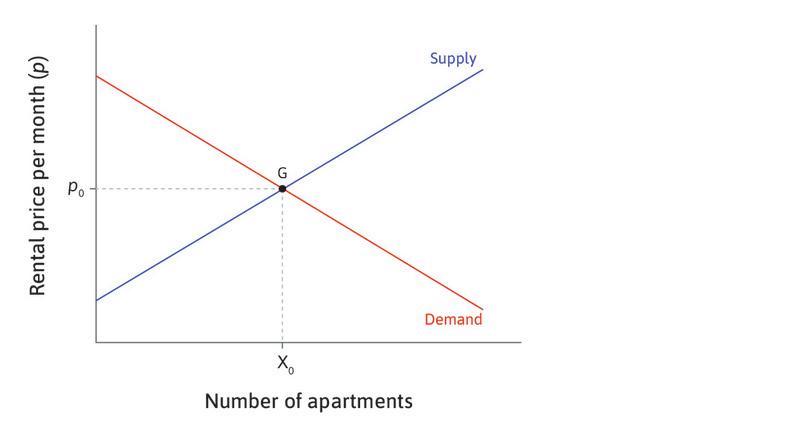
* Excedente do consumidor: baseia-se no fato de que, para a maioria dos compradores, sua disposição de pagar excedeu o preço.
* Excedente do produtor: baseia-se no fato de o preço pelo qual o pão vendido exceder o custo marginal de sua produção para a maioria das padarias, permitindo o excedente de um produtor.

Aqui adaptamos esses conceitos ao mercado de locação, dando-nos:

* Excedente do locatário: Isso ocorre porque, para a maioria dos locatários, sua disposição de pagar pelo apartamento excede o aluguel que realmente paga. Portanto, é semelhante ao excedente do consumidor.
* Excedente do proprietário: o aluguel que a maioria dos proprietários recebe excede o custo marginal de fornecer uma unidade de habitação ao mercado. Dessa forma, é semelhante ao excedente do produtor.

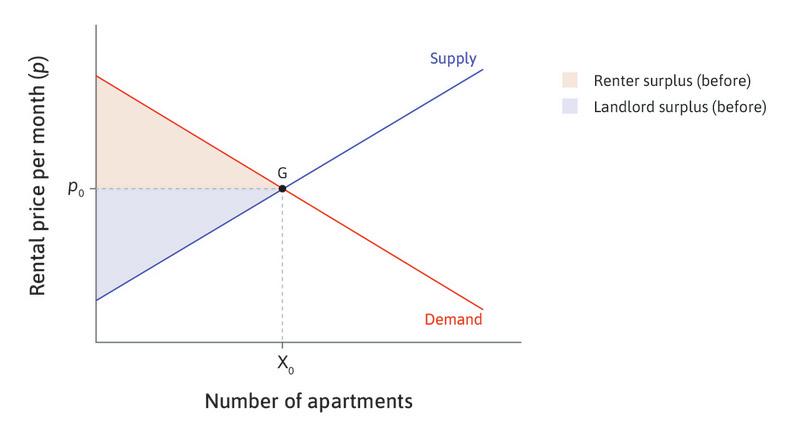
A Figura 12.16 ilustra esses conceitos no equilíbrio de um mercado hipotético de aluguel. Para entender o modelo, assume que existem duas classes de pessoas em uma cidade: proprietários e locatários. Estes últimos superam consideravelmente os primeiros, o que em uma democracia lhes dá a possibilidade de aprovar legislação que limita os aluguéis que os proprietários podem cobrar, da mesma forma que Angela e seus colegas na Unidade 5 votaram para reduzir as horas de trabalho.

Figura 12.16 O mercado de aluguel após o controle do aluguel.



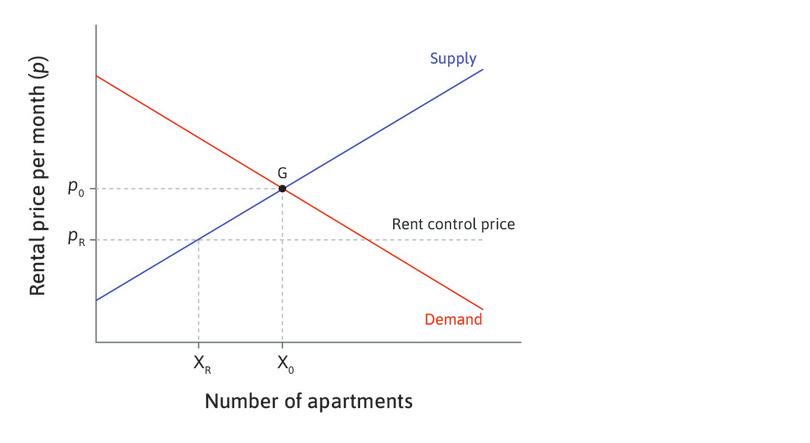
O mercado de aluguel antes do controle do aluguel

O mercado está em equilíbrio (ponto G), com X0 apartamentos cada um alugados ao preço de p0.



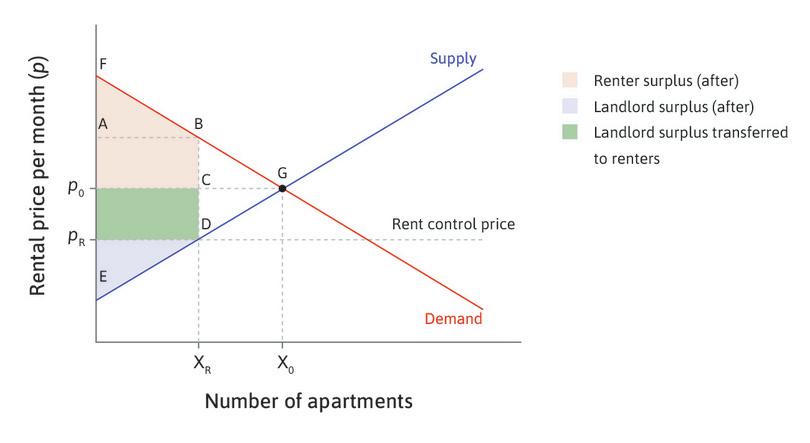
Excedente do locatário e excedente do proprietário antes do controle do aluguel

A área vermelha clara mostra o excedente do locatário e a área azul clara mostra o excedente do proprietário.



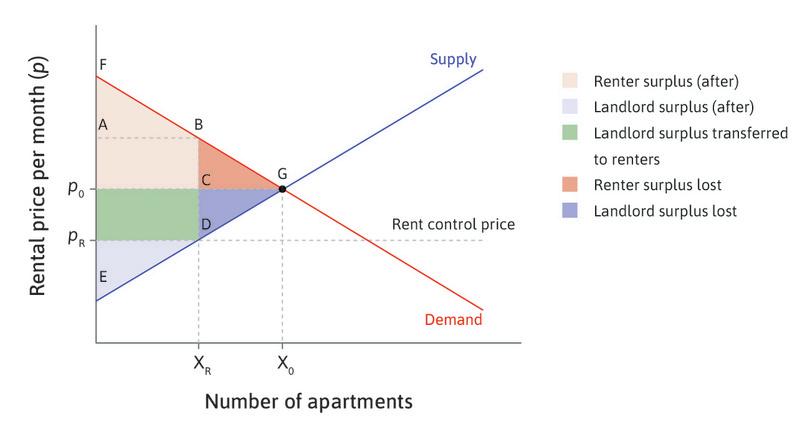
O controle de aluguel afeta o preço e a quantidade de equilíbrio

O controle de aluguel reduz o preço de um apartamento para pR e reduz o número de unidades fornecidas à XR.



Excedente do locatário e excedente do proprietário após o controle do aluguel

O excedente do locatário é agora a soma das áreas vermelhas e verdes claras (FBDpR), e o excedente do proprietário é agora a área azul clara (menor) (pRDE).



Vencedores e perdedores do controle de aluguel

O controle do aluguel resulta em uma redistribuição do excedente dos proprietários para os locatários (a área p0CDpR) e as perdas de peso morto para locatários e proprietários (as áreas BCG e CDG, respectivamente).

O eixo horizontal é o número de unidades de alojamento. Para simplificar, assumimos que todos são idênticos em qualidade e que os proprietários não conseguem cobrar aluguéis diferentes para pessoas diferentes, de modo que haverá apenas uma única renda, medida no eixo vertical. A curva de oferta informa, para um determinado aluguel, quantas unidades de moradia serão oferecidas. Um preço mais alto trará mais unidades ao mercado, mesmo no curto prazo, à medida que os proprietários encontrarem maneiras de converter o espaço não utilizado em apartamentos. E, a longo prazo, é claro, aluguéis mais altos aumentarão a lucratividade de possuir apartamentos de aluguel e estimularão novas construções.

A curva de demanda fornece a resposta para a pergunta: se o preço do aluguel for p, quantas unidades de habitação serão demandadas? Com um aluguel mais baixo, são necessárias mais unidades, à medida que mais pessoas escolhem morar na cidade ou não morar com os pais ou colegas de quarto.

Na figura, você pode ver que, antes da introdução do controle de aluguel, o aluguel era p0 e o número de unidades alugadas era X0, e o excedente dos locatários e o excedente dos proprietários são mostrados pelas áreas sombreadas.

**O controle de aluguel reduz o excedente total e reorganiza quem o recebe**

A introdução do controle de aluguel reduz o preço do aluguel para pR e os proprietários respondem ao fornecer menos unidades, reduzindo o número disponível para XR. Com menos unidades sendo alugadas, observe que a disposição de pagar do locatário 'menos disposto' (a altura da curva de demanda em XR) excede o custo marginal de colocar unidades adicionais no mercado. Sendo assim, existem pessoas que estariam dispostas a alugar unidades além do XR, sendo oferecidas a um preço que excede o custo marginal. Portanto, a demanda por moradias com aluguel controlado excede a oferta.

Isso tem dois efeitos:

* Redistribuição para locatários: parte do que era antes do excedente dos proprietários agora faz parte do excedente dos locatários. Este foi o efeito pretendido da política.
* Redução do excedente total: a perda de peso morto (excesso excedente) resultante da oferta reduzida de casas de aluguel sob controle de aluguel é parcialmente perdida pelos locatários (o triângulo superior do espaço para perda de peso morto) e parcialmente pelos proprietários (o triângulo inferior).

O efeito líquido dessas duas mudanças é que os proprietários definitivamente perderam. O excedente é menor do que antes por dois motivos: primeiro, eles experimentaram parte da perda de peso morto e, segundo, transferiram parte do que era antes do excedente para os locatários.

O efeito sobre os locatários é mais complicado de avaliar. Como os proprietários, eles experimentaram alguma perda de peso morto, mas também ganharam parte do que anteriormente era excedente dos proprietários. Seu ganho líquido é o retângulo verde p0CDpR menos o triângulo laranja BCG.

Na figura, o excedente ganho às custas dos proprietários é superior à perda de peso morto sofrida pelos locatários. Assim, a política os beneficiou, como pretendido, mesmo que reduzisse o suprimento de moradias. O controle de aluguel é uma maneira de dividir uma torta menor, com uma fatia maior indo para os locatários.

Como o bolo é menor como resultado da perda de peso morto, o excedente perdido pelos locatários deve ser maior que o excedente ganho pelos locatários. Para ver isso:

Excedente de senhorio perdido = excedente de senhorio transferido para locatários (retângulo p0CDpR) + participação dos proprietários na perda de peso morto (triângulo CDG)

Excedente do locatário ganho = Excedente do proprietário transferido para locatários (retângulo𝑝0 0CD𝑝𝑅) – Participação dos arrendatários na perda de peso morto (triângulo BCG)

Então:

Excedente dos proprietários perdidos - Excedente do locatário ganho = Parte dos proprietários perda de peso morto (CDG triângulo) + Parte dos locatários perda de peso morto (triângulo BCG)

= Perda total de peso morto (triângulo BDG) > 0

**Existe uma maneira melhor de ajudar os menos favorecidos?**

Também é o caso de que o controle de aluguel poderia prejudicar os menos favorecidos, em vez de ajudá-los, como foi o caso neste exemplo. Os custos infligidos aos locatários na forma de perda de peso morto poderiam ter excedido os ganhos obtidos ao capturar parte do que anteriormente era o excedente dos proprietários.

**Exercício 12.7 Distribuição do excedente sob controle de aluguel.**

Usando um diagrama semelhante à Figura 12.16, esboce as curvas de oferta e demanda de modo que os custos experimentados pelos locatários (perda de peso morto) excedam seus ganhos ao obter uma parcela maior do excedente.

Existe uma maneira melhor de ajudar os menos favorecidos? O que podemos aprender com a experiência de Angela e Bruno na Unidade 5? Lembre-se de que Angela e suas amigas exploraram seus direitos de voto recém-conquistados para impor legislação que resultou em um resultado que eles preferiam, mas que era Pareto ineficiente. A partir da nova posição de maior poder de barganha que a democracia lhes havia concedido, eles pensavam que poderiam chegar a um acordo com Bruno (e os outros membros da classe de Bruno) que, comparado ao novo status quo, melhoraria todos eles.

Vamos modernizar Angela e Bruno. Eles agora moram em São Francisco e Bruno, gerente da Apple, é proprietário. Angela, motorista do Uber, é locatária. Os dois também aprenderam muita economia desde a Unidade 5. Portanto, quando Angela vai a Bruno com a Figura 12.16, ela não precisa explicar muita coisa. Angela não perdeu sua assertividade.

Angela: Bruno, estamos dispostos a votar para rescindir o controle de aluguel, se você e seus amigos do senhorio simplesmente transferirem algum dinheiro para nós, para que estejamos tão bem ou melhor do que sob controle de aluguel.

Bruno: Quanto você precisaria?

Angela mostra Bruno Figura 12.17.

Figura 12.17 Ganhos e perdas mensais em comparação com o equilíbrio do mercado sem controle de aluguel. (As entradas na tabela são baseadas na Figura 12.16, com p0 = $ 1.500, pR = $ 1.000, X0 = 500.000, XR = 350.000 e o preço em A = $ 2.000.)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **‎Locador (LL) e locatário (R) excedente adquirido ou perdido.‎** | **‎Área na Figura 12,16‎** | **‎Área calculada ($)‎** | **‎Montante ($ ' 000s)‎** |
| 1 | ‎Anteriormente LL excedente, agora R excedente‎ | ‎Retângulo ‎*‎p‎*‎0‎‎CD‎*‎p‎*‎R‎ | ‎350.000 × 500‎ | ‎175.000‎ |
| 2 | ‎LL ' s parte da perda de peso morto‎ | ‎Triângulo CDG‎ | ‎150.000 × 500 × 1/2‎ | ‎37.500‎ |
| 3 | ‎R ' s quota de perda de peso morto‎ | ‎Triângulo BCG‎ | ‎150.000 × 500 × 1/2‎ | ‎37.500‎ |
| 4 | ‎LL excedente perdido (líquido)‎ | *‎p‎*‎ de ‎‎0‎‎ CD‎*‎p‎*‎R‎‎ + CDG‎ | ‎Linha 1 mais linha 2‎ | ‎212.500‎ |
| 5 | ‎R excedente líquido ganho‎ | *‎p‎*‎ de ‎‎0‎‎ CD‎*‎p‎*‎R‎‎ − BCG‎ | ‎Linha 1 menos linha 3‎ | ‎137.500‎ |

A partir da tabela, você pode ver que se os proprietários transferissem US $ 137,5 milhões por mês para os locatários, os locatários estariam tão bem quanto estariam sob controle de aluguel, e os proprietários estariam muito melhor (pagando US $ 137,5 milhões diretamente aos locatários é melhor do que perder um total de US $ 212,5 milhões em aluguéis mais baixos e perdas de peso morto). Isso seria uma pechincha para Bruno.

É claro que Angela seria rápida em apontar que, se os proprietários transferissem US $ 212,5 milhões para os locatários, os proprietários não estariam em situação pior do que eles estavam sob o controle do aluguel e os locatários muito melhor (obtendo uma transferência de US $ 212,5 milhões superam os benefícios líquidos para os locatários de aluguéis mais baixos, mas com um número reduzido de apartamentos alugados).

Os dois podem então negociar e chegar a um acordo sobre uma quantia intermediária, segundo a qual tanto os proprietários quanto os locatários estariam em melhor situação.

Este episódio da história de Angela e Bruno, como os outros, é fantasioso. É difícil pensar em maneiras pelas quais os tipos de transferências de proprietários para locatários possam ocorrer de qualquer maneira prática. Mas destaca um objetivo importante: se possível, políticas para conceder uma fatia maior da torta aos menos favorecidos devem ser projetadas para aumentar a torta. Ou, pelo menos, não menor.

Os dados da Figura 12.14 mostram que muitos países encontraram maneiras de dar uma fatia maior aos menos favorecidos, além de cultivar a torta. Em comparação com os EUA, a França e a Itália, por exemplo, a Alemanha, a Noruega e a Finlândia, obtiveram um crescimento mais rápido da renda média e uma parcela maior da renda para os menos favorecidos.

**Pesando os ganhos e perdas para diferentes grupos da sociedade**

O que esses países realizaram - conceder uma fatia maior de uma torta maior aos menos favorecidos - é impressionante. Mas não concluímos que as políticas que redistribuem o bolo, mesmo que encolhendo, devam ser descartadas. O fato de que, no caso de controle de aluguel, o excedente perdido para os senhorios deve exceder o excedente ganho pelos locatários não é um motivo para se opor à política: lembre-se, ele pretendia ajudar os locatários, e o fez.

As políticas para redistribuir a renda são muitas vezes defendidas com o argumento de que a provisão de renda adicional a um grupo (normalmente menos abastada) é mais valorizada do que a renda perdida por outra (tipicamente maior renda). A ideia básica aqui é que a utilidade das pessoas pode ser comparada e as necessidades que serão atendidas pela família pobre - moradia mais adequada, por exemplo - são mais importantes do que a redução nos gastos - talvez em um segundo lar - de que bem vai experimentar.

Voltando à Figura 12.17, você pode ver que, se atribuímos um valor aos ganhos dos locatários com o dobro do valor dos custos para os proprietários, o primeiro (2 × 137,5 milhões) supera em muito o último (212,5 milhões).

**Exercício 12.8 Implementando o controle de aluguel**

Imagine que você é um formulador de políticas considerando impor o controle de aluguel cujos efeitos distributivos são mostrados na Figura 12.17. Você atribui um valor mais alto aos ganhos para os locatários do que às perdas para os proprietários, porque deseja elevar os padrões de vida dos menos favorecidos (os locatários), mesmo com um custo para aqueles que estão em melhor situação (os proprietários) . Você acabou de ver que, se o valor dos ganhos para os locatários for o dobro do valor das perdas para os proprietários, os benefícios da apólice excederão o custo.

Qual é o menor valor agregado aos ganhos dos locatários que fariam os benefícios da apólice excederem os custos?

**12.15 Conclusão**

Governos e mercados são hoje duas grandes instituições econômicas. Como outras instituições econômicas importantes, como famílias e empresas, cada uma tem vantagens e deficiências particulares na organização de atividades econômicas.

Os mercados podem permitir que um grande número de pessoas interaja em negócios mutuamente benéficos, contando com preços para transmitir informações, em vez de planejamento ou coordenação centralizados. No entanto, os mercados não são ideais nos casos de mercados repugnantes[[33]](#footnote-33) ou bens de mérito[[34]](#footnote-34), e mesmo para mercadorias em que os mercados são aceitáveis, falhas de mercado[[35]](#footnote-35) são comuns. Portanto, precisamos que os governos produzam e distribuam alguns tipos de bens e ajudem a lidar com as injustiças ou ineficiências resultantes de falhas de mercado.

Um governo[[36]](#footnote-36) é diferente de outros atores econômicos porque tem autoridade para agir em nome de todas as pessoas em um determinado território e exigir que os cidadãos cumpram suas decisões. Esses poderes permitem que o governo seja um solucionador de problemas bem-sucedido, mas também se torne um problema em si. Existem muitos exemplos nos quais os governos estavam mais preocupados em ganhar rendas políticas[[37]](#footnote-37) do que servir aos interesses de seus cidadãos.

Em sociedades bem governadas, a democracia é uma instituição política[[38]](#footnote-38) isso dá aos cidadãos o poder de demitir o governo. Essa responsabilidade política[[39]](#footnote-39) restringe o que os governos podem fazer para promover seus interesses privados. Ainda assim, o relacionamento principal-agente[[40]](#footnote-40) entre funcionários do governo e os cidadãos que existem devido a diferenças de objetivos significa que algumas políticas não são politicamente viáveis[[41]](#footnote-41).

Além da viabilidade política, os governos podem deixar de adotar políticas que resolvam os problemas da sociedade por dois motivos. Primeiro, a política pode não ser economicamente viável[[42]](#footnote-42), o que significa que um resultado eficiente e justo não é um equilíbrio de Nash. Segundo a política pode não ser administrativamente viável[[43]](#footnote-43), o que significa que é impossível para o governo implementá-lo na prática, dadas as informações disponíveis e sua capacidade fiscal[[44]](#footnote-44). A extensão em que os governos podem lidar com problemas de injustiça e ineficiência depende dos limites impostos pela viabilidade econômica, política e administrativa.

**12.16 Doing Economics: Políticas governamentais e popularidade: apostila em dinheiro de Hong Kong**

Nas seções 12.7–12.11, analisamos as prioridades de gastos do governo em diferentes países e discutimos como a viabilidade econômica, administrativa e política influencia as decisões políticas do governo.

Um papel importante do governo é usar fundos fiscais para fornecer bens e serviços para seus cidadãos. Quando os governos têm um excedente orçamentário (os impostos excedem os gastos do governo), eles podem optar por aumentar os gastos em programas públicos ou melhorar os bens e serviços fornecidos aos seus cidadãos.

No projeto empírico 12 do Doing Economics, examinaremos uma política não convencional adotada pelo governo de Hong Kong em 2011, que seria simplesmente dar um montante fixo a todos os cidadãos com 18 anos ou mais. Avaliaremos os efeitos que essa política pode ter sobre a desigualdade e discutiremos algumas razões pelas quais os governos podem escolher essa política em detrimento de outras políticas redistributivas.

Vá para o Projeto Empírico 12 da Doing Economics para trabalhar neste projeto.

**12.17 Referências**

Bakija, Jon, Lane Kenworthy, Peter Lindert, and Jeff Madrick. 2016. How Big Should Our Government Be? Berkeley: University of California Press.

Besley, Timothy, and Anne Case. 1995. ‘Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits’. The Quarterly Journal of Economics 110 (3): pp. 769–98.

Besley, Timothy, and Torsten Persson. 2014. [‘Why do developing countries tax so little?’](https://tinyco.re/3513621). The Journal of Economic Perspectives 28 (4): pp. 99–120.

Bonica, Adam, McCarty, Nolan, Poole, Keith T., and Howard Rosenthal. 2013. [‘Why hasn’t democracy slowed rising inequality?’](https://tinyco.re/5838764) The Journal of Economic Perspectives 27 (3): pp. 103–23.

Deaton, A. 2013. [The Great Escape: health, wealth, and the origins of inequality](https://tinyco.re/5750302). Princeton: Princeton University Press.

Gilens, Martin, and Benjamin I. Page. 2014. [‘Testing theories of American politics: Elites, interest groups, and average citizens’](https://tinyco.re/7911085). Perspectives on Politics 12 (03): pp. 564–81.

Hamilton, Alexander, James Madison, and John Jay. 1961. The Federalist. Middletown, Ct. Wesleyan University Press.

Heckman, James. 2013. Giving Kids a Fair Chance: A Strategy That Works. Cambridge, MA: MIT Press.

Kalla, Joshua L., and David E. Broockman. 2015. [‘Campaign contributions facilitate access to congressional officials: A randomized field experiment’](https://tinyco.re/6564191). American Journal of Political Science 60 (3): pp. 1–14.

Lasswell, Harold D. 1936. [Politics; who gets what, when and how](https://tinyco.re/2227728). New York: Whittlesey House.

Lindert, Peter. 2004. Growing Public: Social Spending and Economic Growth since the 18th Century. Cambridge: Cambridge University Press.

Martinez-Bravo, Monica, Miquel, Gerard P. I., Qian, Nancy, and Yang Yao. 2014. [‘Political reform in China: The effect of local elections’](https://tinyco.re/6544486). NBER working paper, 18101.

Rasul, Imran, and Daniel Rogger. 2016. [‘Management of bureaucrats and public service delivery: Evidence from the Nigerian civil service’](https://tinyco.re/1535739). The Economic Journal 128 (608): pp. 413–46.

Roth, Alvin E. 2007. [‘Repugnance as a Constraint on Markets’](https://tinyco.re/2118641). Journal of Economic Perspectives 21 (3): pp. 37–58.

Sandel, Michael. 2009. Justice. London: Penguin.

Schumpeter, Joseph. 1918. ‘The crisis of the tax state’. Reproduced in Swedberg R. (ed.) 1991. Joseph A. Schumpeter, The Economics and Sociology of Capitalism. Princeton University Press.

Shleifer, Andrei. 1998. [‘State versus private ownership’](https://tinyco.re/4317440). Journal of Economic Perspectives 12 (4): pp. 133–50.

Walzer, Michael. 1983. Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality. New York, NY: Basic Books.

1. Alvin E. Roth. 2007. [‘Repugnance as a Constraint on Markets’](https://tinyco.re/2118641). Journal of Economic Perspectives 21 (3): pp. 37–58. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:1)
2. Peter Lindert. 2004. Growing Public: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:2)
3. Jon Bakija, Lane Kenworthy, Peter Lindert, and Jeff Madrick. 2016. How Big Should Our Government Be? Berkeley: University of California Press. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:3)
4. Andrei Shleifer. 1998. [‘State versus private ownership’](https://tinyco.re/4317440). Journal of Economic Perspectives 12 (4): pp. 133–50. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:100)
5. Alexander Hamilton, James Madison, and John Jay (1961). The Federalist. Middletown, Ct., Wesleyan University Press. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:4)
6. Monica Martinez-Bravo, Gerard P. I. Miquel, Nancy Qian, and Yang Yao. 2014. [‘Political reform in China: The effect of local elections’](https://tinyco.re/6544486). NBER working paper 18101. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:5)
7. Joseph Schumpeter. 1918. ‘The crisis of the tax state.’ Reproduced in Swedberg R. (ed.) 1991. Joseph A. Schumpeter, The Economics and Sociology of Capitalism. Princeton University Press. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:6)
8. Timothy Besley and Torsten Persson. 2014. [‘Why do developing countries tax so little?’](https://tinyco.re/3513621) The Journal of Economic Perspectives 28 (4): pp. 99–120. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:7)
9. Imran Rasul and Daniel Rogger. 2016. [‘Management of bureaucrats and public service delivery: Evidence from the Nigerian civil service’](https://tinyco.re/1535739). The Economic Journal 128 (608): pp. 413–46. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:8)
10. Joshua L. Kalla and David E. Broockman. (2015). [‘Campaign contributions facilitate access to congressional officials: A randomized field experiment’](https://tinyco.re/6564191). American Journal of Political Science 60 (3): pp. 1–14. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:9)
11. Harold D. Lasswell. 1936. [Politics; who gets what, when and how](https://tinyco.re/2227728). New York: Whittlesey House. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:10)
12. James J. Heckman. 2013. Giving Kids a Fair Chance. Cambridge, MA: MIT Press. [↩](https://www.core-econ.org/espp/book/text/12.html#fnref:11)

1. Comprar ou vender algo que as pessoas acreditam que não deve ser trocado no mercado. [↑](#footnote-ref-1)
2. Bens e serviços que devem estar disponíveis para todos, independentemente de sua capacidade de pagamento. [↑](#footnote-ref-2)
3. Alvin E. Roth. 2007. [‘Repugnance as a Constraint on Markets’](https://tinyco.re/2118641). Journal of Economic Perspectives 21 (3): pp. 37–58. [↑](#footnote-ref-3)
4. Sistema político que, idealmente, concede poder político igual a todos os cidadãos, definido por direitos individuais como liberdade de expressão, assembleia e imprensa; eleições justas nas quais praticamente todos os adultos são elegíveis para votar; e no qual o governo deixa o cargo se perder. [↑](#footnote-ref-4)
5. Peter Lindert. 2004. Growing Public: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press. Jon Bakija, Lane Kenworthy, Peter Lindert, and Jeff Madrick. 2016. How Big Should Our Government Be? Berkeley: University of California Press.  [↑](#footnote-ref-5)
6. Dentro de um determinado território, o único órgão que pode ditar o que as pessoas devem ou não fazer e pode legitimamente usar força e restrições à liberdade de um indivíduo para atingir esse objetivo. Também conhecido como: state. [↑](#footnote-ref-6)
7. Processo de produção no qual a curva de custo médio de longo prazo é suficientemente inclinada para baixo para tornar impossível sustentar a concorrência entre as empresas nesse mercado. [↑](#footnote-ref-7)
8. Falha de responsabilidade política. (Este termo é amplamente utilizado de várias maneiras, nenhuma delas estritamente análoga à falha do mercado, para a qual o critério é simplesmente a ineficiência de Pareto). Veja também: responsabilidade política. [↑](#footnote-ref-8)
9. A prestação de contas realizada por processos econômicos, principalmente a concorrência entre empresas ou outras entidades nas quais a não consideração das pessoas afetadas resultará em perdas nos lucros ou no fracasso dos negócios. Veja também: responsabilidade, responsabilidade política. [↑](#footnote-ref-9)
10. A responsabilidade é alcançada por processos políticos, como eleições, supervisão por um governo eleito ou consulta aos cidadãos afetados. Veja também: responsabilidade, responsabilidade econômica. [↑](#footnote-ref-10)
11. Quando os mercados alocam recursos de maneira ineficiente em Pareto. [↑](#footnote-ref-11)
12. Andrei Shleifer. 1998. [‘State versus private ownership’](https://tinyco.re/4317440). Journal of Economic Perspectives 12 (4): pp. 133–50. [↑](#footnote-ref-12)
13. Alexander Hamilton, James Madison, and John Jay (1961). The Federalist. Middletown, Ct., Wesleyan University Press. [↑](#footnote-ref-13)
14. Pagamento ou outro benefício que excede a próxima melhor alternativa do indivíduo (posição de reserva) que existe como resultado da posição política do indivíduo. A posição de reserva, neste caso, refere-se à situação do indivíduo, na falta de uma posição política privilegiada. Veja também: aluguel econômico. [↑](#footnote-ref-14)
15. Monica Martinez-Bravo, Gerard P. I. Miquel, Nancy Qian, and Yang Yao. 2014. [‘Political reform in China: The effect of local elections’](https://tinyco.re/6544486). NBER working paper 18101. [↑](#footnote-ref-15)
16. Estudo empírico que explora controles estatísticos de ocorrência natural nos quais os pesquisadores não têm a capacidade de atribuir participantes a grupos de tratamento e controle, como é o caso em experimentos convencionais. Em vez disso, diferenças de lei, política, clima ou outros eventos podem oferecer a oportunidade de analisar populações como se elas tivessem sido parte de um experimento. A validade de tais estudos depende da premissa de que a atribuição de sujeitos aos grupos de tratamento e controle que ocorrem naturalmente pode ser plausivelmente argumentada como aleatória. [↑](#footnote-ref-16)
17. Principais funcionários do governo, como presidente, funcionários do gabinete e líderes legislativos, unificados por um interesse comum, como a participação em um determinado partido. [↑](#footnote-ref-17)
18. Regras do jogo que determinam quem tem poder e como é exercido em uma sociedade. [↑](#footnote-ref-18)
19. Joseph Schumpeter. 1918. ‘The crisis of the tax state.’ Reproduced in Swedberg R. (ed.) 1991. Joseph A. Schumpeter, The Economics and Sociology of Capitalism. Princeton University Press. [↑](#footnote-ref-19)
20. Despesas do governo, financiadas por impostos, que oferecem proteção contra vários riscos econômicos (por exemplo, perda de renda devido a doença ou desemprego) e permitem que as pessoas diminuam a renda ao longo da vida. Veja também: co-seguro. [↑](#footnote-ref-20)
21. Políticas economicamente viáveis ​​para as quais os resultados desejados são um equilíbrio de Nash, de modo que, uma vez implementados, os atores econômicos privados não desfarão os efeitos desejados. [↑](#footnote-ref-21)
22. Políticas administrativamente viáveis ​​para as quais o governo tenha informações e pessoal suficientes para implementação. [↑](#footnote-ref-22)
23. Capaz de ser implementado, dadas as instituições políticas existentes. [↑](#footnote-ref-23)
24. Capacidade de um governo de impor e coletar impostos substanciais de uma população a baixos custos administrativos e outros. Uma medida disso é o valor cobrado dividido pelo custo de administração do sistema tributário. [↑](#footnote-ref-24)
25. Políticas administrativamente viáveis ​​para as quais o governo tenha informações e pessoal suficientes para implementação. [↑](#footnote-ref-25)
26. Timothy Besley and Torsten Persson. 2014. [‘Why do developing countries tax so little?’](https://tinyco.re/3513621) The Journal of Economic Perspectives 28 (4): pp. 99–120. [↑](#footnote-ref-26)
27. Imran Rasul and Daniel Rogger. 2016. [‘Management of bureaucrats and public service delivery: Evidence from the Nigerian civil service’](https://tinyco.re/1535739). The Economic Journal 128 (608): pp. 413–46. [↑](#footnote-ref-27)
28. Esse é um relacionamento assimétrico no qual uma parte (principal) se beneficia de alguma ação ou atributo da outra parte (o agente) sobre a qual as informações da principal não são suficientes para impor um contrato completo. Veja também: contrato incompleto. Também conhecido como: problema do agente principal. [↑](#footnote-ref-28)
29. Joshua L. Kalla and David E. Broockman. (2015). [‘Campaign contributions facilitate access to congressional officials: A randomized field experiment’](https://tinyco.re/6564191). American Journal of Political Science 60 (3): pp. 1–14. [↑](#footnote-ref-29)
30. Harold D. Lasswell. 1936. [Politics; who gets what, when and how](https://tinyco.re/2227728). New York: Whittlesey House. [↑](#footnote-ref-30)
31. James J. Heckman. 2013. Giving Kids a Fair Chance. Cambridge, MA: MIT Press. [↑](#footnote-ref-31)
32. Os fatos sobre um indivíduo que podem afetar sua renda, como a riqueza física que uma pessoa possui, seja terra, moradia ou um portfólio de ações (ações). Também inclui nível e qualidade da escolaridade, treinamento especial, as linguagens de computador nas quais o indivíduo pode trabalhar, experiência de trabalho em estágios, cidadania, se o indivíduo tem um visto (ou green card) que permite o emprego em um mercado de trabalho específico, a nacionalidade e gênero do indivíduo, e até mesmo a raça ou classe social da pessoa. Veja também: capital humano. [↑](#footnote-ref-32)
33. Comprar ou vender algo que as pessoas acreditam que não deve ser trocado no mercado. [↑](#footnote-ref-33)
34. Bens e serviços que devem estar disponíveis para todos, independentemente de sua capacidade de pagamento. [↑](#footnote-ref-34)
35. Quando os mercados alocam recursos de maneira ineficiente em Pareto. [↑](#footnote-ref-35)
36. Dentro de um determinado território, o único órgão que pode ditar o que as pessoas devem ou não fazer e pode legitimamente usar força e restrições à liberdade de um indivíduo para atingir esse objetivo. Também conhecido como: state. [↑](#footnote-ref-36)
37. Pagamento ou outro benefício que excede a próxima melhor alternativa do indivíduo (posição de reserva) que existe como resultado da posição política do indivíduo. A posição de reserva, neste caso, refere-se à situação do indivíduo, na falta de uma posição política privilegiada. Veja também: aluguel econômico. [↑](#footnote-ref-37)
38. Regras do jogo que determinam quem tem poder e como é exercido em uma sociedade. [↑](#footnote-ref-38)
39. Aesponsabilidade é alcançada por processos políticos, como eleições, supervisão por um governo eleito ou consulta aos cidadãos afetados. Veja também: responsabilidade, responsabilidade econômica. [↑](#footnote-ref-39)
40. Esse é um relacionamento assimétrico no qual uma parte (principal) se beneficia de alguma ação ou atributo da outra parte (o agente) sobre a qual as informações da principal não são suficientes para impor um contrato completo. Veja também: contrato incompleto. Também conhecido como: problema do agente principal. [↑](#footnote-ref-40)
41. Capaz de ser implementado, dadas as instituições políticas existentes. [↑](#footnote-ref-41)
42. Políticas economicamente viáveis ​​para as quais os resultados desejados são um equilíbrio de Nash, de modo que, uma vez implementados, os atores econômicos privados não desfarão os efeitos desejados. [↑](#footnote-ref-42)
43. Políticas administrativamente viáveis ​​para as quais o governo tenha informações e pessoal suficientes para implementação. [↑](#footnote-ref-43)
44. Capacidade de um governo de impor e coletar impostos substanciais de uma população a baixos custos administrativos e outros. Uma medida disso é o valor cobrado dividido pelo custo de administração do sistema tributário. [↑](#footnote-ref-44)